



**REURBANIZAÇÃO DE SANTA TEREZINHA
COM FOCO NA QUALIDADE DE VIDA**

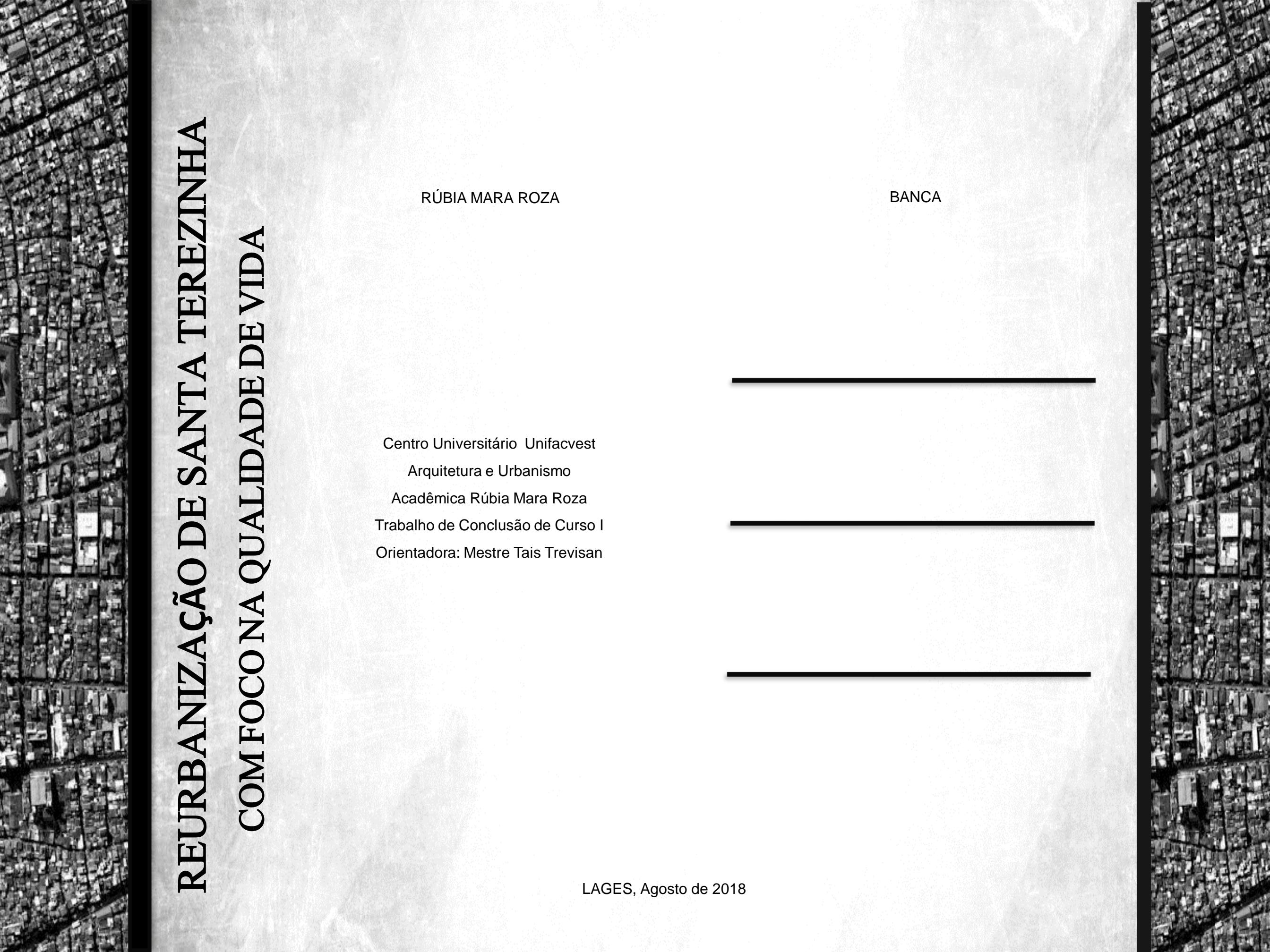




“Nada na palavra é mais simples e mais barato do que fazer cidades que fornecem melhor para as pessoas”

Jan Gehl

ilikearchitecture.net



REURBANIZAÇÃO DE SANTA TEREZINHA COM FOCO NA QUALIDADE DE VIDA

RÚBIA MARA ROZA

BANCA

Centro Universitário Unifacvest
Arquitetura e Urbanismo
Acadêmica Rúbia Mara Roza
Trabalho de Conclusão de Curso I
Orientadora: Mestre Tais Trevisan

LAGES, Agosto de 2018

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	07	6.5 - Infraestrutura das ruas	22
2 – OBJETIVOS	08	6.6 - Fluxo Viário	24
2.1 – Objetivo Geral	08	6.7 - Saneamento Básico	25
2.2 – Objetivos Específicos	08	6.8 - Zoneamentos	26
3 – JUSTIFICATIVA	08	6.9 - Usos do Solo	27
4 – DESCRIÇÃO DO TEMA	09	6.10 - Relação da cidade com Patrimônio Histórico	28
4.1 – Surgimento das Cidades	09	6.11 - Equipamentos de Lazer e Cultura	29
4.2 – Revolução Industrial na Urbanização	09	6.12 - Condicionantes Climáticos	30
4.3 – Urbanização Brasileira	10	6.13 - Meio Ambiente e Turismo	30
4.4 – Estatuto da Cidade	11	7 – PROPOSTA DE REURBANIZAÇÃO	32
4.4.1 Plano Diretor	12	7.1 – Equipamentos Urbanos: Lazer e Cultura.	33
5- ESTUDO DE CASO	12	7.2 – Mobilidade Urbana	36
5.1 – Cidades Maiores	12	7.3 – Saneamento Básico	38
5.1.1 – São Paulo (SP)	13	7.4 – Mercado Público Municipal	39
5.2 – Cidades Médias	14	7.5 – Parque Mata Nativa	40
5.2.1 – Ponta Grossa (PR)	14	8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
5.3 – Cidades Menores	15	9 – REFERÊNCIAS	50
5.3.1 – Rio Fortuna (SC)	15		
6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS	18		
Santa Terezinha (SC)			
6.1- Políticas Públicas para Desenvolvimento Urbano e Social	19		
6.2 - Urbanização e Paisagismo	19		
6.3 - Crescimento Comercial e Industrial	20		
6.4 - Índice Populacional	21		

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade realizar um anteprojeto urbano para o município de Santa Terezinha-SC. O qual de acordo com o Estatuto da Cidade não tem a obrigação legal de desenvolver um Plano Diretor, contudo, percebe-se a importância de se atentar a elaboração deste, para um desenvolvimento urbano de maneira mais adequada, e com maior qualidade de vida. Solucionando assim problemas já existentes e porvires, para que não tomem proporções maiores como encontrado nas grandes e médias cidades.

Percebe-se que nos últimos anos a preocupação para renovar a forma urbana vem sendo acentuada. A conscientização em transformar as cidades para proporcionar o máximo de trocas humanas traz consigo o desejo por uma qualidade de vida melhor.

A melhora na saúde se dá por melhores condições nos locais em que os indivíduos passam suas vidas. Dependendo assim da interação de vários fatores, como: governos, mídias, comunidade, empresários e o setor da saúde. (RIBEIRO, VARGAS, 2015)

O Planejamento Urbano tem papel estratégico crucial, de acordo com Souza é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra. (SOUZA, 2002, p. 46) O mesmo pode ser indicado como “antídoto para o caos urbano, pois pode propiciar uma ação consciente no processo de desenvolvimento”. (SILVA, ARAÚJO, 2003, p. 58)

A dimensão humana no planejamento urbano vem por anos sendo um item menosprezado. Em contrapartida a modernização cresceu, e cada vez mais o espaço urbano, local para encontros e socialização de moradores, juntamente com as áreas para pedestres ficaram a mercê de dias com planejamento em declínio. (GEHL, 2013)

Indo além o autor nos alerta para o rumo quais os acontecimentos estão direcionando-se. A limitação das formas de locomoção dos pedestres, a redução ou o descarte progressivo da função tradicional dos espaços das cidades, como espaços de trocas culturais e de encontros sociais. (GEHL, 2013)

Existe grandes preocupações quanto ao planejamento urbano das cidades, muito vem se fazendo para tornar estes espaço mais adequados a realidade das pessoas, mas ainda se tem grandes transformações a se fazer e refazer.

A partir de todo enunciado tem-se o propósito de apresentar estratégias para que o setor público juntamente com outros representantes, pense e repense seus planejamentos feitos e seus futuros, para que cada vez mais a cidade e seus habitantes tenham qualidade de vida elevada, mais conforto e acessibilidade em seus cotidianos.

2 - OBJETIVOS

2.1 – Objetivo Geral:

Desenvolver um anteprojeto de reurbanização, readequando e melhorando os espaços públicos do município de Santa Terezinha, para que seus habitantes e visitantes tenham mais qualidade de vida, segurança e diversidade em suas atividades diárias, evitando futuramente situações problemáticas que muitas cidades vivem.

2.2 – Objetivos Específicos:

- Propor equipamentos urbanos de lazer e cultura;
- Redefinir o sistema viário e inserir ciclovias;
- Implantar sistema de tratamento de esgoto sanitário;
- Criar um Mercado Público Municipal
- Readequar a utilização do Parque Mata Nativa

3 - JUSTIFICATIVA

Com todo o aprendizado obtido no decorrer do curso e em especial estudos realizados nas disciplinas de urbano, fizeram-me olhar para as cidade de modos diferentes. Ao analisarmos os grandes centros urbanos geralmente nos deparamos com problemas críticos, como baixa infraestrutura, mobilidade urbana inadequada e a falta de espaços para lazer, cultura e socialização.

Além disso, observa-se que não só grandes centros enfrentam estes tipos de impasses, e nos deparamos com cidades consideradas pequenas, em seu número de habitantes, mas com muitos desafios, e muitas vezes grandes.

A escolha do município ocorreu inicialmente por ser minha terra natal. Acompanhando durante os anos seu crescimento, e constatando o quanto ela pode desenvolver-se, sobreveio o desejo de oferecer aspectos importantes da profissão escolhida para o avanço da cidade.

Cidade pequena em que muitos jovens acabam buscando sua profissionalização em outros municípios e poucos destes retornam para contribuir com o progresso local. Mas com muitas famílias que ainda continuam na cidade construindo seus futuros, e merecem cada vez mais uma cidade confortável.

Tendo em vista as diversas análises feitas de variados urbanistas sobre o comportamento das cidades, me fica o questionamento de quão possível será pensar estratégias de reurbanização e colocá-las em prática, nos municípios de pequeno porte, para que possamos auxiliar no seu desenvolvimento de maneira mais saudável e sustentável, fugindo aos caminhos que as cidades grandes percorreram.

4 – DESCRIÇÃO DO TEMA

4.1 Surgimento das Cidades

Os primeiros e mais antigos povoados surgiram no Egito aos arredores dos vales dos rios Nilo, Tigres, Eufrates. Baías, estuários, confluências de rios, margens de lagos são, por excelência, cenários da vida urbana que caracterizam a História da civilização. (RIBEIRO, 1993, p. 27)

Com o passar dos tempos começaram os pequenos aglomerados de indivíduos, originando as vilas para obterem mais segurança e aprimorarem o cultivo de alimentos. A partir de então o homem foi cada vez mais se aglomerando em centros e desenvolvendo suas atividades econômicas.

A partir do sec. XX o Brasil sofreu intenso processo de urbanização, e este cada vez mais consolida-se, através da Proclamação da República e com indústrias incipientes no ramo de atividades associadas a cafeicultura. (MARICATO, 2000)

As periferias da cidade torna-se palco de um aglomerado de trabalhadores urbanos. Locais estes com lotes a baixos custos tanto para a venda quanto o aluguel, sem infraestruturas adequadas, ademais com lotes irregulares dando assim justificativa para que o Estado não tome a obrigação de cuidados essenciais como a instalação luz, esgoto, água, etc. (FILHO, 1989)

4.2 Revolução Industrial na Urbanização

As mudanças provindas da Revolução Industrial já se é vista no ambiente urbano na metade do sec. XIX. As preocupações em relação as cidades e seus futuros pairavam pelos ares, debates e ideias surgiam para a recuperação do espaço urbano. Estas ligadas as concepções higienistas e sociais. (DUARTE, 1999)

As inovações tecnológicas demandaram uma reorganização na produção elevando assim seus níveis. Estes exigiram também um rearranjo nos modelos estruturais quais estavam distribuídas a população e nas relações sociais entre empregados e patrões. (FLINN, 1966 apud ARRUDA, 1996)

Canedo (1986) menciona que a Revolução Industrial acima de tudo foi uma mudança social, qual transformou a vida dos indivíduos excepcionalmente a dos pobres. Pois para estes a mudança aconteceu sem equivalência de satisfação, como para a burguesia, qual aglomerou grandes riquezas, e segregou classes.

Indo além a autora cita que a zona rural tinha cotidianos não tão degradantes como acontecia na zona urbana, nesta a miséria se concentrava em largas proporções, o frio, fome, falta de higiene, entre outros, fez com que em meados de 1846-47 a Inglaterra acentuasse o número de mortes por fome. (CANEDO 1986)

Filho (1989, p.66) enuncia que “em decorrência do regime colonial, Portugal se colocava na origem das transformações do sistema social, como agente da política de colonização e, como parte importante dessa, da política de urbanização.”

4 - DESCRIÇÃO DO TEMA



Uma rua de um bairro pobre de Londres (Dudley Street); gravura de Gustave Doré de 1872. (fonte: BENEVOLO, 1999)



Foto: Cidades e as Fábricas durante a Revolução industrial.

4.3 Urbanização Brasileira

Por um período extenso da história a função das cidades eram administrativas e militares. Outras evoluíram “de aldeamentos de índios, pelos jesuítas.” Indo além o autor cita que “ a economia açucareira, além de impulsionar o desenvolvimento de portos marítimos, deu origem a outras localidades”.(GEIGER, 1963 p. 73)

A urbanização e a industrialização que aconteceu nos países capitalistas e desenvolvidos e que foi desregulada e heterogênea, já acontece nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvido, no qual o Brasil está incluso. As propostas de empregos melhores que tem-se nas cidades geram uma migração do campo para as cidades. (FILHO, 1989)

Houve uma grande preocupação por conta do excessivo crescimento que as cidades estavam tendo no início o sec. XIX, dando origem a análises que incumbiam pelos distúrbios sociais e outros males a densidade populacional e a dimensão das cidades, sem pretender conhecer qual raciocínio do funcionamento que a urbanização e industrialização das sociedade estavam reproduzindo.(FILHO, 1989)

Observando a época atual BUTZKE e POLEZA (2010) relatam que por volta de 80% da população do Brasil no ano de 2.000 estava nas cidades, originando assim demandas maiores quais o setor público teria para acolher, nascentes poluídas por lixo, grandes poluições aéreas, apropriações urbanas em áreas consideradas de risco, inundações e desmoronamentos causados pelas chuvas, e a incidência de violência e crimes.

4.4 Estatuto da Cidade

Através da Lei Nº 10.257 de Julho de 2001 ficou regulamentada os arts. 182 e 183 da Constituição Federal/88, as diretrizes gerais da política urbana e criado o Estatuto da Cidade. Conforme citado em seu Art. 1º Parágrafo único, este vem estabelecer normas de ordem pública e de interesse social para regular o uso da propriedade urbana em favor do bem coletivo, bem-estar dos cidadãos, da segurança e equilíbrio ambiental. (BRASIL,2001)

Entre os objetivos desta política destaca-se “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”, seguindo diretrizes de gestão democrática, com a participação da sociedade em seus diversos segmentos, nos atos relacionados ao desenvolvimento urbano; garantir cidades mais sustentáveis; ofertar equipamentos comunitários e urbanos mediante necessidade da população.(BRASIL, 2001)

Considerado um marco referencial da trajetória da reforma urbana, e um instrumento de cidadania, já que pressupõe uma gestão democrática das cidades e vem suprir uma carência normativa na área da política urbana apontada pelos municípios. (SILVA, ARAÚJO, 2003, p. 58)

“O Estatuto da Cidade evidencia ainda a importância da gestão democrática municipal como um mecanismo implementador do princípio da dignidade da pessoa humana. Diante da constatação da situação de desequilíbrio vivenciada na grande maioria das cidades, em que grande parte dos habitantes permanece à margem da infra-estrutura e dos serviços públicos municipais (gerando conceitos como cidade formal – incluídos – e cidade informal – excluídos), a gestão democrática municipal mostra-se um importante instrumento nas mãos da cidadania a fim de reverter este estado de coisas, a partir de sua participação na aprovação coletiva dos projetos para a cidade. Pleiteia-se, com essa nova política urbana, o direito de cada cidadão em participar do planejamento a respeito do desenvolvimento da cidade, garantindo que ela seja sustentável para esta e para as futuras gerações.” (SANTIN, MARANGON, 2008, p. 92)

4.4.1 Plano Diretor

Para fazer-se cumprir com os objetivos e dispostos no Estatuto da Cidade, a Lei estabelece instrumentos a serem utilizados, dentre eles o planejamento em todas as esferas de governo. Ao planejamento municipal tem-se o Plano Diretor. (BRASIL,2001)

Aprovado através de lei municipal é um dispositivo básico da politica, deve-se fazer parte importante no processo de planejamento no município, englobar todo o território municipal; e terá que ser revisto ao menos a cada dez anos. (BRASIL,2001)

O plano diretor vem para ser instrumento de estratégias com intervenções planejadas a curto e a médio prazo, pensado em conjunto com a população, quais devem ser instigadas a participação tanto no planejamento quanto na manutenção destas ações em beneficio do futuro da cidade. (SILVA, ARAÚJO, 2003)

Conforme mencionado no Art. 41 do Estatuto da Cidade o Plano Diretor torna-se obrigatório nas cidades com mais de 20 mil habitantes. Mas nos casos de cidades com menos habitantes

5.1 Cidades Maiores

Cidades grandes, Metrôpoles e Megacidade, nomes usualmente denominados para as cidades que abrangem mais de 500 000 mil habitantes, que dispõem de vários setores de serviços e empresas, dos mais comuns até os mais sofisticados de alto padrão, onde se encontram as sedes dos meios de comunicação, das universidades, dos grandes laboratórios, entre outros fatores que são capazes de influenciar a região, o estado, o país e até mesmo o mundo. (wikipedia - https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_grande)

Segundo Geiger (1963) dentro as chamadas cidades grandes modernas, estão entre as mais antigas do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador. O autor menciona ainda que entre as características destas cidades temos: grande circulação de automóveis, ligações das ferrovias, centros de essenciais empresas econômicas, arranha-céus, periferias com loteamentos.

5.1.1 São Paulo (SP)

Existia preocupações em relação ao urbano pelas esferas públicas, principalmente as questões de insalubridades e aos povos carentes, havia a urgência em afirmar que além do crescimento que ocorria, a cidade também estava se modernizando, dando alusão a uma cidade civilizada. (SANTOS, 2005)

Santos (2005) descreve ainda que aconteceram melhorias na urbanização, como arborização das praças, etc. E que estas em vários momentos advieram de cortiços demolidos, prostitutas proibidas de ficar nas ruas, suprimindo assim todo indicio de mundo atrasado.

A denominada “Burguesia urbana”, classe nova que se formava e prosperava socialmente em São Paulo, era um “urbanismo-cívico embelezador, que idealizava grandes praças, avenidas e bulevares”. (FILHO, 1989, p.34)

Foi no sec. XIX que São Paulo vira a página em relação a sua conjuntura de vila, longe de centros importantes da economia, sobretudo pela expansão do café. Entretanto as modificações da cidade aconteceu gradualmente. Desde a dec. de 60 já era considerada a cidade maior do Brasil, com um potente centro de serviços terciários. (MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2018)

De acordo com a estimativa de 2017 a cidade possui 12.106.920 habitantes. Tornando-se assim a 7 cidade mais populosa do mundo com uma densidade populacional de 7,772 (IBGE, 2018). A infraestrutura da cidade foi ultrapassada pelo índice de aglomeração de pessoas, gerando uma série de problemas sociais e ambientais.

Os diversos problemas enfrentados pelas chamadas metrópoles, não são poucos, entre eles estão os de garantir uma considerável qualidade de vida aos indivíduos, que vá ao encontro de uma relação positiva com o meio ambiente, prevenir e impedir a degradação das regiões em que vivem as populações mais carentes.(JACOBI, 2013)

Atividades que aconteciam e que muito se vê acontecendo nos tempos atuais nessa metrópole brasileira, com a importância global e com muitas deficiências urbanas.

5.2 Cidades Médias

Entre essa categoria encontra-se cidades cuja população gira em torno de 100 a 500 mil habitantes, que são capazes de influenciar os menores centros urbanos da sua região. (WIKIPEDIA, 2018)

Tem-se um crescimento grande destes modelos de cidades no Brasil. Essa eclosão juntamente com atuais jeitos de produção, instituem circunstâncias excelentes para que se desenvolvam propostas para um planejamento urbano que reduza ou eliminem impasses quais metrópoles, por exemplo, vivem por causa da urbanização. (STAMM, 2013)

5.2.1 Ponta Grossa (PR)

A cidade teve seu povoamento ligado ao Caminho das Tropas, suas primeiras ocupações deram-se em 1704. Pedro Taques de Almeida solicitou uma sesmaria no território, foi seu filho José de Moraes e seus cunhados quem tomaram posse das terras, juntamente vieram empregados e criaram currais para os gado que trouxeram.

Assim surgiram as primeiras fazendas quais contribuíram para o aumento da população e dando surgimento ao Bairro de Ponta Grossa. Este elevou-se a Vila em 1855, e em cidade em 1862. As pessoas chegavam cada vez mais, a cidade desenvolveu-se e transformou-se na mais importante do interior do estado. A chegada das Estradas de ferro impulsionou o desenvolvimento de um enorme centro comercial, social e cultural. (MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, 2018)

Atualmente o município conta com uma população estimada de 344.332, e uma área territorial de aprox. 2,054 km (IBGE,2017)

O crescimento urbano do município tem como referência as dec. de 1950 á 1970, estas marcadas por um rápido aumento do “tecido urbano”, evidenciando um processo intenso de “especulação fundiária”, da periferia a grandes loteamentos.(NASCIMENTO, MATIAS, 2001, p.81)

Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Ponta Grossa - IPLAN, criado a partir da Lei 6180/1999, com o intuito de desenvolver estudos estratégicos para o desenvolvimento nas áreas social, econômica, cultural, turística e urbanística de Ponta Grossa. (IPLAN, 2016)

De acordo com um panorama realizado no ano de 2014 pelo instituto, apontou as dificuldades na mobilidade urbana da cidade, entre elas estavam os acidentes geográficos, a topografia e muitos vazios urbanos. (IPLAN, 2016)

As rotas incluíam passagem pelo centro antigo, as pequenas ruas estreitas não conseguiam evacuar a demanda de veículos com facilidade, os ônibus do transporte público ficava impossibilitado de transitar pelas mesmas, pois não havia espaço suficiente para manobras em curvas. (IPLAN, 2016)

É de extrema importância ter um órgão como esse atuando assiduamente na cidade, com a participação de engenheiros, arquitetos e pessoas que representem a comunidade no geral, só assim consegue-se analisar os problemas e encontrar soluções específicas para cada caso.

5.3 Cidades Pequenas

Também conceituada como cidadezinha as cidades pequenas tem menos de 50 000 habitantes.(WIKIPEDIA, 2018) Neste trabalho propomos o termo cidades menores, para especificar apenas as cidades que de acordo com a legislação não precisam de plano diretor próprio, abrigando até 20 mil habitantes.

Considera-se que não devemos impossibilitar que a população possa se apropriar do direito de ir e vir de forma segura pelas ruas, por estabelecer um algoritmo de regulamentação, o qual conhecemos como Plano Diretor.

As aglomerações pequenas urbanas, também possui contratempos com degradações ambientais, infraestrutura social e urbana precária, atestando assim que um planejamento urbano não se faz necessário e importante somente em metrópoles, mas sim em cidades menores também. (CARNEIRO, FAÇANHA, 2015)

Até quando continuaremos fazendo de conta, que cidades menores não tem a devida importância para que seja inclusiva e incluída nas políticas públicas, para promover a acessibilidade e mobilidade urbana?

5.3.1 Rio Fortuna (SC)



O município localiza-se na região Sul do Estado de Santa Catarina, à 186 km da capital Florianópolis e à 53 km de Tubarão, conta com área territorial de 302,02 km², de relevo ondulado com altitudes variantes, sua sede está a 130 metros de altitude do nível do mar. (RICKEN, RICKEN, 2008, p. 400)

A cidade colonizada por descendentes de alemães vindos das cidades vizinhas, como Tubarão, Anitápolis, Teresópolis, Rio Bonifácio e outras, em meados do ano de 1872, se instalando na região onde hoje se encontra o perímetro urbano, posteriormente foram surgindo as vilas no interior da cidade. (MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, 2014)

As atividades econômicas giravam entorno da agricultura e da pecuária, os produtos eram transportados até Laguna para a venda e troca, assim em 1910 começaram a surgir as “bodegas” locais, os pontos de venda. (MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, 2014)

5 – ESTUDO DE CASO

Inicialmente a localidade pertencia ao município de Imaruí, em 1921, foi criado o Distrito de Rio Fortuna, neste momento passou a pertencer ao município de Tubarão, entretanto essa mudança não alterou o progresso da vila, então somente em 1958, pela lei estadual 348, foi emancipado como município, elegendo seu primeiro Prefeito Adolfo Boeing. (RICKEN, RICKEN, 2008)

Desde o início das lideranças municipais da cidade, buscou-se o parecer das situações, analisando os problemas e encontrando as soluções, juntamente com os moradores, eram realizadas pesquisas domiciliares, as quais tinham o propósito de conhecer o sonho de seus habitantes e suas dificuldades, abrangendo todos os quesitos, saúde, bem estar social, economia, etc. (RICKEN, RICKEN, 2008)

Os autores mencionam ainda que em 1961, como resultado da primeira pesquisa realizada, tiveram a relação dos seguintes tópicos:

- Saúde: à presença de um médico e posteriormente construção de um ponto de atendimento, sendo posto de saúde ou hospital.
- Transporte: construção de estradas e pontes para auxiliar no deslocamento dos produtos.
- Educação: ensino técnico-agrícola para agricultores e seus filhos.
- Infraestrutura: programa de eletrificação urbana e rural, retificação e alargamento das ruas principais.

A partir de então criaram um plano de estratégia para nortear o desenvolvimento da cidade a médio e longo prazo, atendendo as especificações da comunidade. Estes projetos continuaram sendo elaborados nas administrações seguintes dentro desses 60 anos de história como município. (RICKEN, RICKEN, 2008)

Nos tempos atuais a cidade é destaque na produção de leite e seus derivados alimentícios, cultivo de fumo, assim como também na indústria madeireira e fabricação de móveis. Conta com 4.557 habitantes, boa parte destes moram nas áreas rurais. (SANTA CATARINA, 2018)

A participação da comunidade no progresso dos projetos de urbanização, foram e continuam sendo fortemente ativa. No mês de setembro de 2017, foi realizada uma Audiência Pública para debater e atualizar o Plano Urbano do município, simultaneamente com a regularização do uso do solo, evitando o crescimento desordenado. (MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, 2017)

As Cartas geotécnicas de Aptidão à Urbanização de Rio Fortuna, criado pelo Laboratório de Geoprocessamento (LabGeop) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com colaboração do Ministério das Cidades, apresentado à comunidade, tem como caráter fornecer informações sobre as áreas de risco, afim de prevenir desastres naturais, auxiliando na implantação dos novos loteamentos e das construções nessas áreas. (MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, 2017)

6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS

Santa Terezinha (SC)

A região fazia parte de uma antiga rota dos tropeiros vindos de Rio Negro (PR), sendo responsáveis pelas formações de colônias polonesas, ucranianas e alemãs em meados dos anos de 1890.

Na época a disputa de territórios era constante entre os imigrantes e os 150 mil índios Botocudos que viviam no local, sendo também palco da Guerra do Contestado. Somente após o acordo assinado entre os estados, que a localidade passou a pertencer para Itainópolis - SC, conhecida como "Pinguela Lisa", foi emancipada em 26 de Setembro de 1991, sendo reconhecida como Santa Terezinha, contando com 32 comunidades, em uma extensão territorial de 718.81 km².

O progresso trouxe grandes transformações a essa região, modificando hábitos, interferindo nas tradições, mobilizando o povo a ir em busca de novos ideais e objetivos.

A atividade econômica no Município é a agricultura principalmente o cultivo do fumo e a produção de mel, no que se refere ao turismo as belezas naturais estão presentes em todo território, é de muita beleza o Morro do Taió, principal atração turística do Município; existem cachoeiras de beleza nostálgica; pequenas grutas situadas ao longo do Rio Itajaí bem como lindos vales com rios de águas límpidas e vegetação nativa. Destaca-se também a arquitetura típica ucraniana e o artesanato, na sede o Parque Mata Nativa desperta a atenção pela sua vegetação.

Localização

Situada no estado de Santa Catarina, nos entre os extremos do Planalto Norte e Vale do Itajaí, contando com 8.846 habitantes estimado em 2017 de acordo com informações do IBGE.



Foto: Google Maps – Estado de Santa Catarina

Foto: Google Maps, limites municipal.

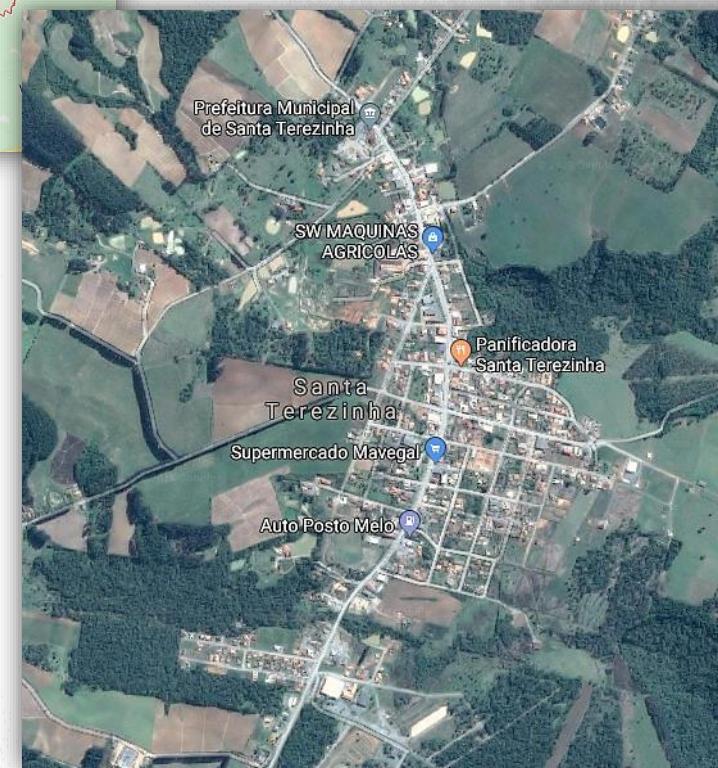


Foto: Google Maps, sede municipal.

6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS

Para prosseguir com o desenvolvimento do anteprojeto urbanístico da sede do município de Santa Terezinha, iremos analisar alguns aspectos que atuam e regem sobre a expansão territorial, econômica e social da localidade.

Buscando na legislação atual, no Plano Diretor vigente e nas fontes afins, que norteiam as ações das políticas urbanas.

Sobre o Plano Diretor, a cidade não tem a obrigação de tê-lo, devido seu índice populacional, porém, internamente e legalmente, se estabeleceu um Plano Diretor Participativo.

Graciosamente o mesmo já predispõe do seguinte objetivo no Art. 5*, inciso XIV: dotar o Município de Santa Terezinha de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas de desenvolvimento urbano futuro, antes que os mesmos aconteçam, e, ao mesmo tempo, indicar soluções para os problemas atuais.

6.1 Políticas Públicas para o Desenvolvimento Urbano e Social

A Política de Planejamento Territorial do Município de Santa Terezinha é pautada pela integração de suas ações com as demais políticas públicas setoriais do município, orientadas pela descentralização das mesmas com objetivo de promover a inclusão política, socioeconômica e espacial, bem como a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, acordado no Art. 11.

Seguindo o Plano Diretor Participativo criado através da Lei Complementar N/11 de dezembro de 2010:

O inciso I do Art.12: articulação entre os vários conselhos municipais e suas políticas próprias, com vistas a efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de suas ações. Art 14 - IV, articular no âmbito regional, por meio de programas e projetos de desenvolvimento econômico integrado, as atividades agrícolas, industriais, comerciais, de lazer, turismo e de serviços. Art 14 - IX, incentivar a formação de entidades representativas da sociedade.

Assim, acontece a cada dois anos uma sessão extraordinária para a realização da Conferência da Cidade, com o intuito de que, baseado nos artigos a cima e dentre outros encontrados no Plano Diretor Participativo, possam ser avaliados, criticados e aprimorados sobre a gestão da política urbana, contando com a participação de órgãos afins e todos os cidadãos interessados.

6.2 Urbanização e Paisagismo

O Poder Público Municipal promoverá ações que visem melhorias paisagísticas e urbanísticas, ampliações e criação de parques e praças, não somente no centro como também nas demais localidades.

Fixado no mesmo documento, a regulamentação das propagandas, afim de evitar a poluição visual e sonora, presentes

6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS

no Artigo 33. No município já aconteceu distribuição de mudas nativas, para incentivar as melhorias paisagísticas, juntamente com a proposta de conscientização dos moradores para auxiliarem na manutenção das beiras das estradas municipais.

6.3 Crescimento Comercial e Industrial

Como consta no Art. 5, inciso IV: cria e disciplina as áreas industriais de acordo com os diversos níveis de interferência ambiental das mesmas, evitando conflitos de usos residencial e industrial, facilitando o escoamento da produção e também o deslocamento dos funcionários.

No Art. 14, II: incentivar e apoiar as atividade agrícola municipal, visando permitir melhores condições á permanência dos agricultores na área rural.

Do Art. 15 desrespeito aos:
VII - atrair a atividade industrial, com ênfase nas empresas de baixo impacto ambiental.
VIII - criar programas de qualificação da mão de obra no município.

Comparações entre os anos de 2010-2015, com as informações disponibilizadas pelo IBGE, percebemos que o número de empresas cadastradas no município houve uma pequena queda, de 173 para 164 unidades.

Hoje encontramos na região indústrias do seguimento têxtil, as quais frequentemente oferecem gratuitamente um rápido curso de corte e costura contribuindo para a qualificação de várias pessoas neste setor.

Os comércios e industrias, geralmente, pertencem a algum núcleo familiar do local, passando de geração a geração, possuem porte pequeno onde acabam empregando primeiramente seus familiares e amigos.

Esta entrelaçado a este tópico, o crescimento no setor da construção civil, obviamente se o comércio expande e nascem novas indústrias, a população melhora sua condição financeira, o que reflete no setor imobiliário da cidade.

Façamos a comparação pelas imagens aéreas da sede do município.



Foto: Acervo Prefeitura Municipal - 2007

6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS



Foto: Disponibilizada por Éder Blonkowski - 2017



Foto: Disponibilizada por Éder Blonkowski - 2017

6.4 Índice Populacional

Esse tema está associado as atitudes que a administração realiza para evitar que os moradores vão para outras cidades, assim como também as políticas que incentivam o aumento populacional.

No art 9, inciso II, do Plano Diretor Participativo, concede direito a terra urbanizada, á moradia digna, ao saneamento ambiental, á infraestrutura e serviços públicos, aí incluídos o transporte público, a oportunidade de trabalho, a acesso a cultura, a lazer e ao meio ambiente sustentável.

Destas garantias ainda não foi concretizado a disponibilidade de transporte público coletivo, temos o transporte para a educação, entretanto esse não é permitido ao uso dos demais cidadãos, existe uma demanda pequena, porém que deve ser analisada, pois tendo em vista que o município é territorialmente grande, muitas pessoas precisam se deslocar até a sede para realizar algumas funções.

O índice populacional do município nos últimos oito anos teve um pequeno aumento de 100 pessoas, segundo o último senso do IBGE.

6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS

POPULAÇÃO EM 2017

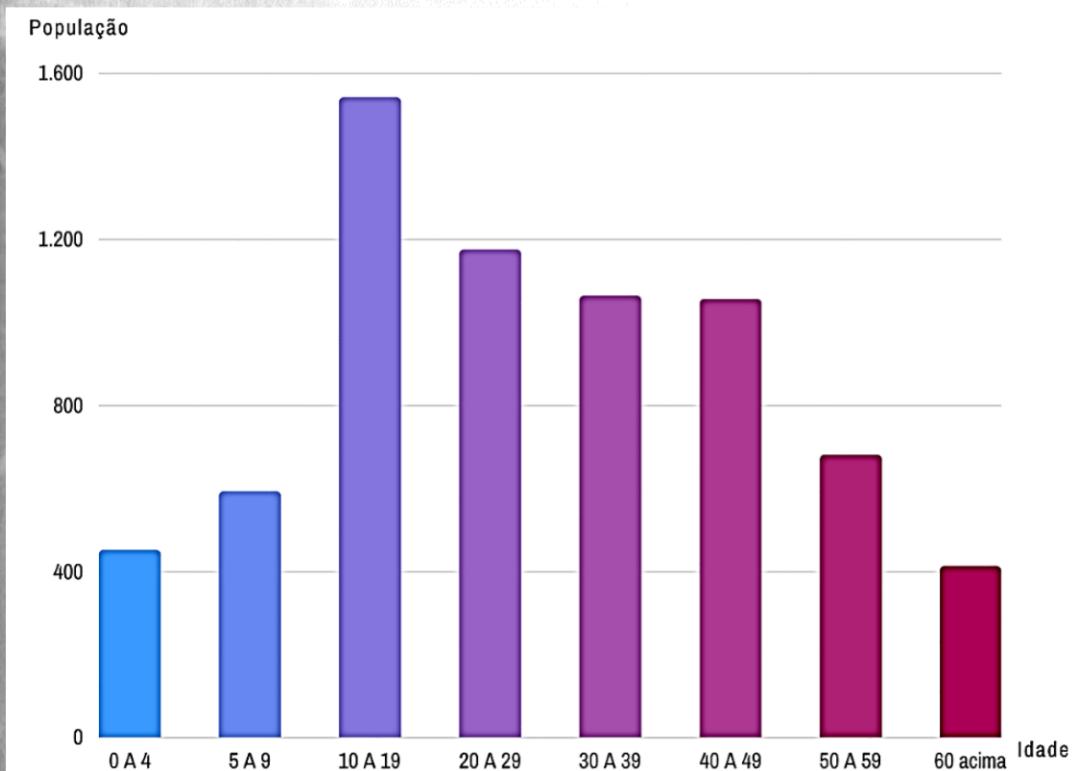


Figura: Gráfico desenvolvido por Luiz Carlos Teczak. Fiscal de Tributos da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha.

6.5 Infraestrutura das ruas

Para quem acompanha o progresso de Santa Terezinha diariamente, percebe ao decorrer dos anos que a quantidade de veículos que transitam as ruas da cidade vem aumentando consideravelmente, que o espaço esta cada mais disputado entre pedestres e motoristas. Existe a falta de organização espacial para comportar todo o fluxo, direcionando corretamente os espaços para designar as funções de dirigir, caminhar e pedalar.

Muitas das quadras não possuem calçadas, poucas são as que possuem espaço para pedestres distribuídas pontualmente nas vias, as ciclovias não existe na malha viária, a iluminação pública em alguns pontos são insuficientes, esses aspectos por mais simples que pareçam, acabam afetando diretamente a qualidade de vida da população, a qual é ressaltada no Plano Diretor Participativo do Município.



Foto: Disponibilizada por Éder Blonkowski - 2017

6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS



Mapa de Infraestrutura: desenvolvido por Rúbia Mara Roza.

Coleta da
água da
chuva/
revestimen
to asfáltico

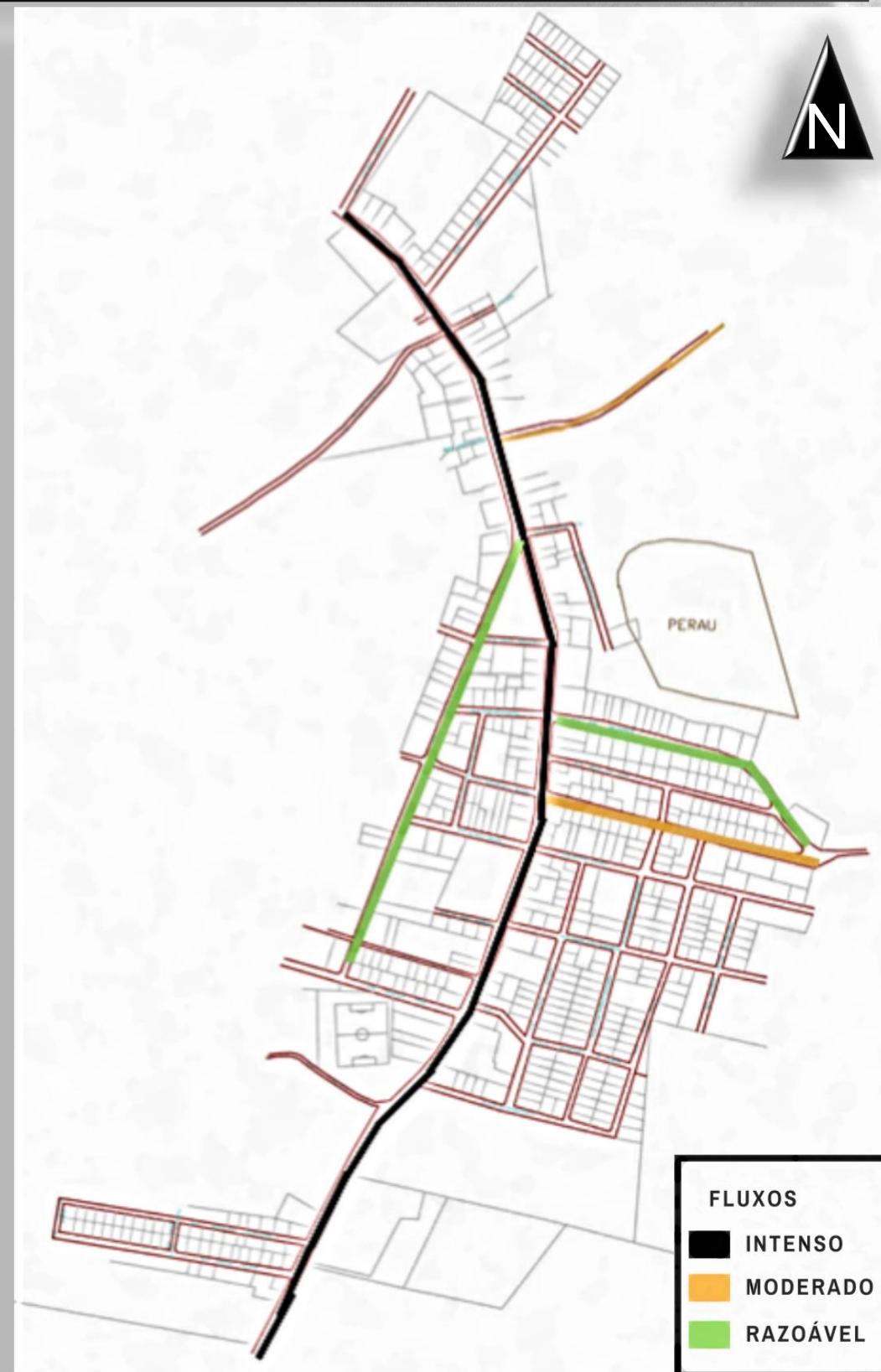
6.6 Fluxo Viário

Como objetivos presentes no Plano Diretor Participativo de Santa Terezinha, encontramos no Art. 5, inciso XI - atender as necessidades de transporte e mobilidade da população, promovendo um padrão sustentável, que seja democrático, não poluente, que respeite a dignidade humana e valorize o ambiente urbano.

Também no inciso XII - estabelecer uma hierarquia para a estrutura viária, integrada ao uso do solo, de forma a permitir a circulação rápida e eficiente de pessoas e veículos.

Apesar de ser uma cidadezinha pequena, esse item impacta fortemente na segurança local, principalmente nos horários de "pico", pois, são nestes momentos que além de ter maior fluxo de veículos circulando pelas ruas, temos a dispersão dos alunos da escola situada na avenida principal, tanto no período matutino quanto no período vespertino.

Grande parte desses alunos caminham pelas ruas até suas casas, porém pela falta de local adequado para realizar esta atividade, correm perigo ao desviarem dos carros estacionados, adentrando na pista de velocidade permitida, são alunos de várias idades, crianças, adolescentes e jovens.



6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS

Correspondente ao último senso do IBGE, realizado no ano de 2016, o município possui uma frota de 4.366 veículos, quase a metade do número de habitantes, este resultado é composto por tratores, caminhões, carros, motocicletas, ônibus e os demais meios de locomoção permitidos em vias públicas.

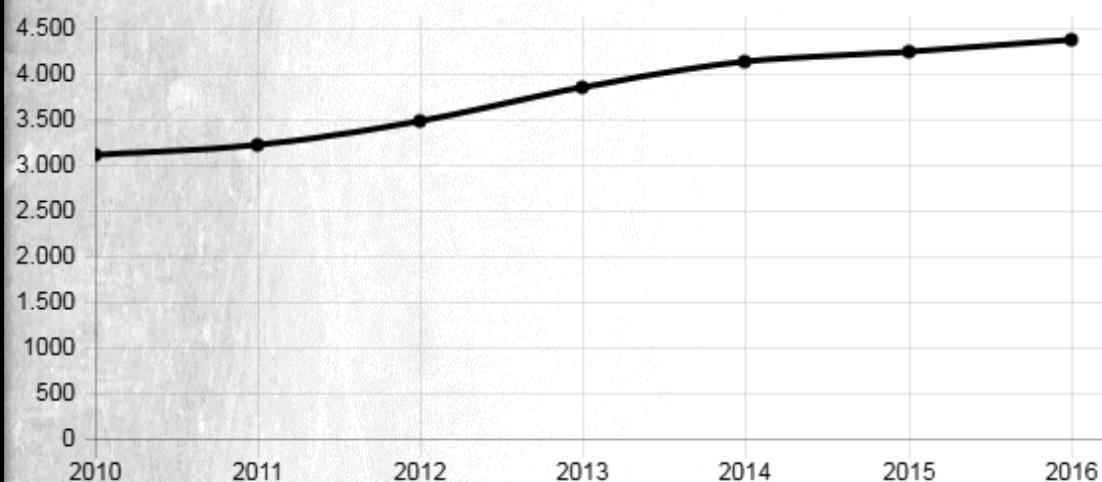


Figura: Gráfico do IBGE veículo/unidade - 2016

6.7 Saneamento Básico

Estabelecido no Plano Diretor Participativo, Art 5, inciso I - assegura os serviços de infraestrutura básica como rede de água, esgoto sanitário, drenagem urbana e coleta de lixo, energia elétrica e pavimentação.

No município encontramos poucas unidades que recebem o devido tratamento do esgoto residencial, na maioria das casas possuem foça séptica, entretanto o município não dispõem de meios para receber e coletar todo esgoto produzido na cidade, acabando liberado de modo trágico ao meio ambiente.

O esquema abaixo mostra o que os órgãos municipais esperam que os moradores executem em suas residências, mas, não à informações quanto a realização do sistema, por não haver meios de fiscalização.

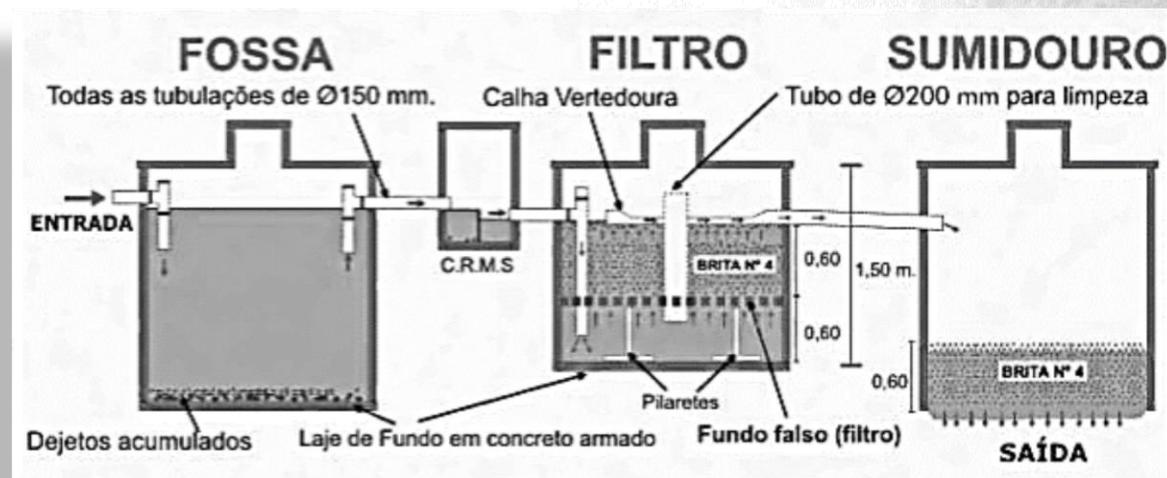


Figura: Disponibilizada pela prefeitura.

6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS

6.8 - Zoneamentos

Nada mais é que um instrumento utilizado neste Plano Diretor Participativo para dividir a cidade e definir o uso e ocupação do solo, incluindo suas diretrizes construtivas.

ZU1 => ZONA URBANA 1 = são áreas destinadas ao uso predominante comercial e serviços, que desempenham importante papel na economia do município.

ZU2 => ZONA URBANA 2 = são áreas destinadas em geral a concentração ou tendência de crescimento do uso industrial de até grande porte e de grande potencial poluidor e degradador.

ZU3 => ZONA URBANA 3 = são áreas destinadas ao uso residencial predominante complementando pelos usos não incômodos ao uso residencial.

ZU4 => ZONA URBANA 4 = são áreas com características urbanas, inseridas no meio rural.

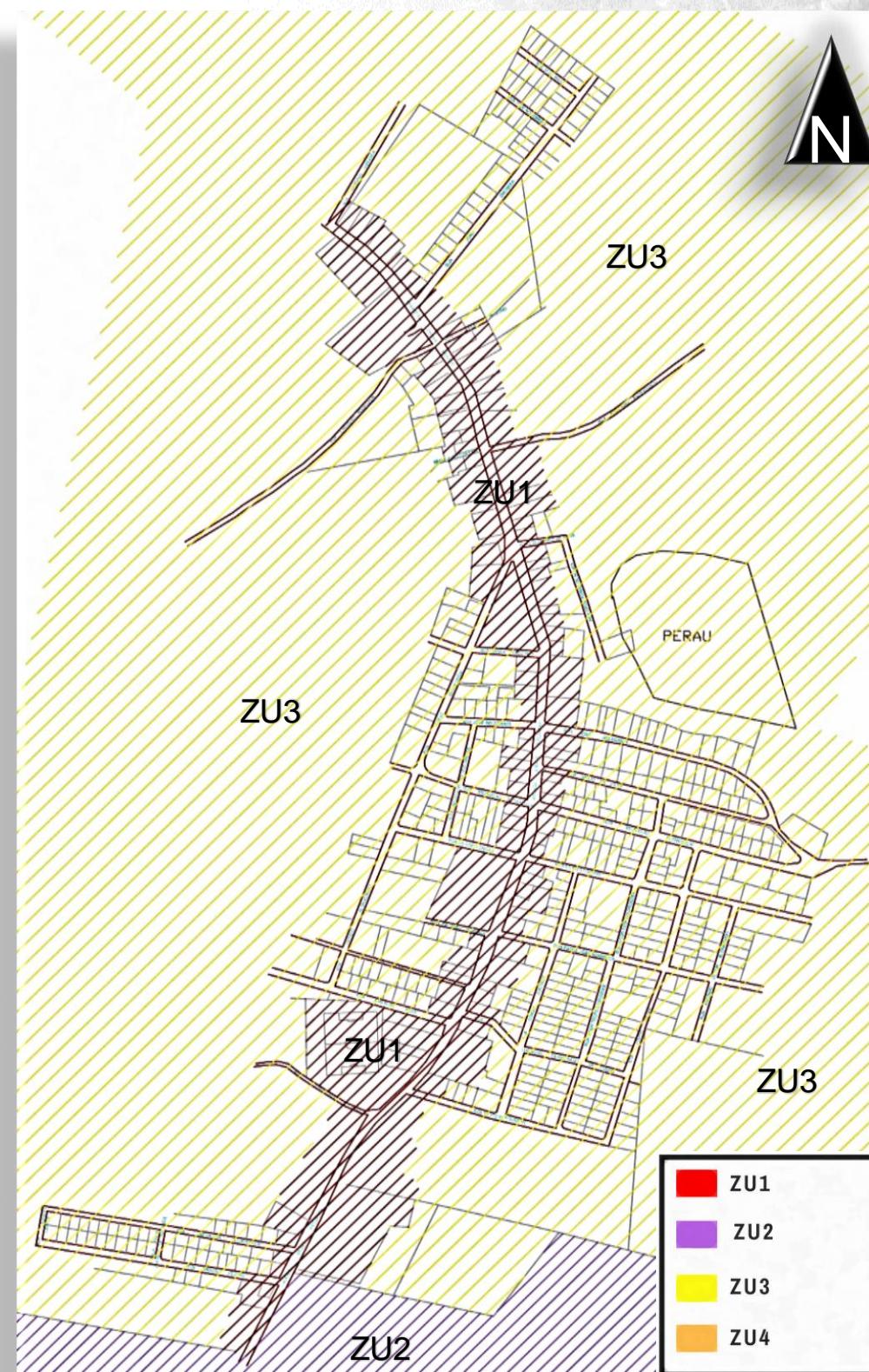


Figura: Mapa de Zoneamentos em anexo ao Plano Diretor Participativo.

6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS

6.9 Usos do solo

O uso residencial é o que mais domina a sede entre todos os outros tipos, nos arredores do centro se tem fortemente a presença de famílias que cuja sua subsistência provém da agricultura, entretanto nos demais lotes existe a fácil identificação da sua utilização.

Esta identificação requer planejamento para integrar as necessidades, valores e possibilidades, a modo de evitar a segregação.

Os usos comerciais e de usos para prestação de serviços, disponibilizam suporte em varias categorias essenciais para a população. Logo a sua localização influencia no percurso de seus usuários, tanto na qualidade, quanto na quantidade.



Figura: Mapa de usos do solo, desenvolvido por Rúbia Mara Roza.

6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS

6.10 - Relação da cidade com Patrimônio Histórico

De acordo com o Plano Diretor Participativo, todos os bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação é de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico ou científico.

A proteção especial do patrimônio histórico e cultural do município é de responsabilidade do Poder Público Municipal, estabelecido pelo mesmo documento. Assim como também preservar:

- A arquitetura local, da memória e cultura.
- Estimular a realização da Festa Regional do Mel
- Criar um museu municipal
- Restaurar e reutilizar as edificações históricas.

Entretanto, o que se tem na prática não condiz com o que se planeja para a comunidade, como exemplo disso é o desmanche do salão de eventos, sem mais estudos ou opiniões de pessoas capacitadas para tal função. Este salão foi o primeiro construído no município quando as primeiras famílias chegaram na região. É visivelmente perceptível, que os bens mais antigos da cidade estão sendo desmanchados para dar espaço aos novos “elefantes brancos” de pré-moldados. O que ainda se mantém como patrimônio cultural, é as danças ucranianas e polonesas, porém, são preservados por descendentes de origem, que por vontade própria resgatam e repassam essa tradição.

A Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, considerou que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constituiria um empobrecimento nefasto do patrimônio de todos os povos. Do mesmo modo foi ponderado preliminarmente que “bens do patrimônio cultural e natural apresentavam interesse excepcional e, portanto, deveriam ser preservados como elementos do patrimônio mundial da humanidade inteira” (UNESCO, 1972)



Foto: Antigo salão de eventos. Acervo municipal.



Foto: Grupo de dança Ucraniana . Acervo municipal.



Foto: Novo salão de eventos .Acervo municipal.

6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS

6.11 - Equipamentos de Lazer e Cultura

O centro urbano padece com a carência de lugares públicos para lazer e esporte a qualquer momento. No verão encontramos umas cachoeiras para ponto de descontração, algumas com fácil acesso outras nem tanto, pois, estão espalhadas pelo território do município. A dificuldade aumenta quando o inverno chega, claro que estamos falando dos espaços públicos, livres para toda a população, e do mesmo modo os espaços privados também são escassos, há uma quadra de futebol suíço, um pesque e pague e algumas lanchonetes.

O Parque Mata Nativa, onde acontece a maior festa da região, a Festa Regional do Mel, conta com uma quadra de laço e uma pista de motocross, que fazem parte da festa. Recentemente foram construídos dentro do parque, três blocos com atividades diferentes, um salão de eventos, um clube do idoso e um ginásio municipal, toda via que estes possuem restrições para sua utilização.

O parque municipal é um ponto que cada vez mais atrai jovens nos finais de semanas, entretanto, vem sendo utilizado de maneira inadequada pelos seus usuários, é palco de disputas de som automotivo, baderna e bebedeira, pelo fato de não possuir equipamentos diferenciados para interagir esse público e atender toda a sociedade.

Desse modo vão se perdendo as características do parque, e conseqüentemente, a fauna e a flora presentes sofrem alterações com a ação humana, providos dos lixos e desmatamentos.

Foto: Gazeta Itaiópolis, Parque Mata Nativa – Festa do Mel.



Foto: Google Maps, Parque Mata Nativa

6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS

6.12 - Condicionantes Climáticos

Em Santa Terezinha, o clima é quente e temperado. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano em Santa Terezinha. Mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita pluviosidade. O clima é classificado como Cfa de acordo com a Köppen e Geiger. Santa Terezinha tem uma temperatura média de 17.6 °C. 1477 mm é a pluviosidade média anual.

O mês mais seco é Julho com 84 mm. A maioria da precipitação cai em Janeiro, com uma média de 166 mm. No mês de Janeiro, o mês mais quente do ano, a temperatura média é de 22.0 °C. Em Julho, a temperatura média é 13.1 °C. É a temperatura média mais baixa de todo o ano.

Temperatura e Precipitação de chuva.

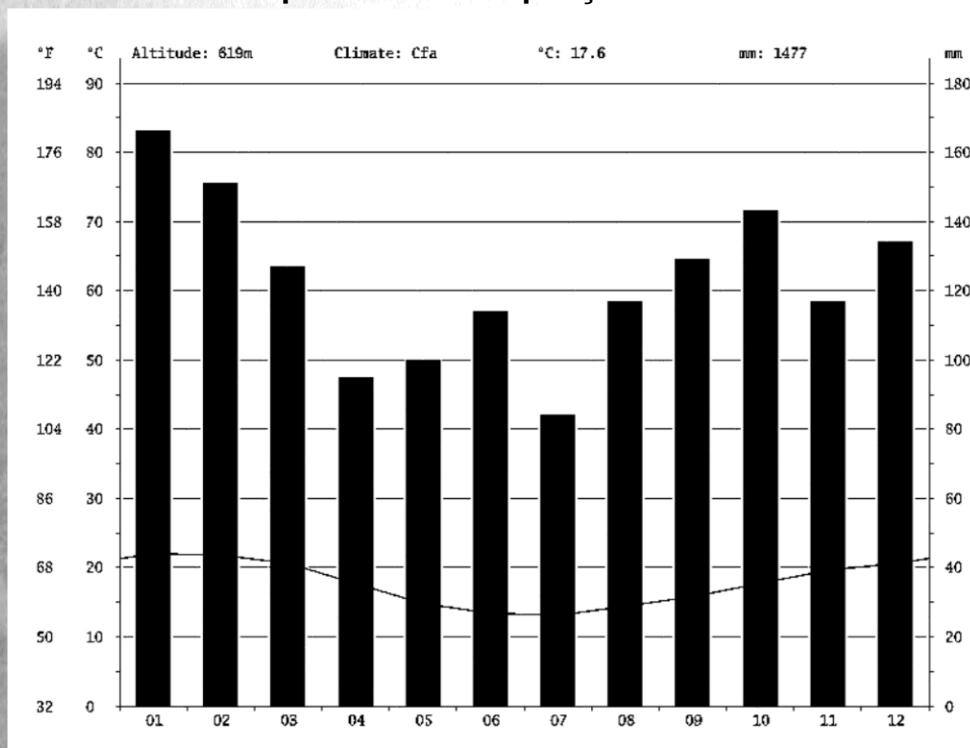


Foto: Gráfico do site Climate.

6.13 - Meio Ambiente e Turismo

Antes das suas primeiras residências a região era predominada por mata nativa, aos poucos seus colonizadores foram desmatando, preparando as terras para o plantio e também transformando-as em pastos. Poucos eram os pontos de desflorestamento, contudo ao decorrer dos anos, as áreas afetadas pela ação humana se expandiu pelo território, ouve a exploração da madeira para móveis e construção, as queimadas para obterem um bom pasto aumentou e o espaço para lavoura cresceu rapidamente, agravando a situação,

Hoje, grande parte do território do município é composto por reflorestamento de pinus, eucalipto, pastos para gado leiteiro, roças para plantio de fumo e soja, entre outras plantações. No restante à presença de mata nativa intacta, porém cada vez mais ameaçada.

O Parque Mata Nativa é um dos exemplares parcialmente preservado no município, pois este também vem sendo agredido, não existe incentivos ambientais municipais atuando para comover a população do bem que aos poucos a comunidade esta perdendo, e muito menos bom senso da prefeitura que permite e constrói obras de grande porte no interior do parque.

O parque compõem o roteiro dos pontos turísticos espalhados por Santa Terezinha, que é rica em belezas naturais como as cachoeiras, nesse catálogo não pode ficar de fora o Morro do Taió e o Pinheiro do Mico – a maior e mais antiga araucária da região.

6 – ÁREA DE INTERVENÇÃO E SEUS DIAGNÓSTICOS

Imagens disponibilizadas no portal do Turismo de Santa Terezinha



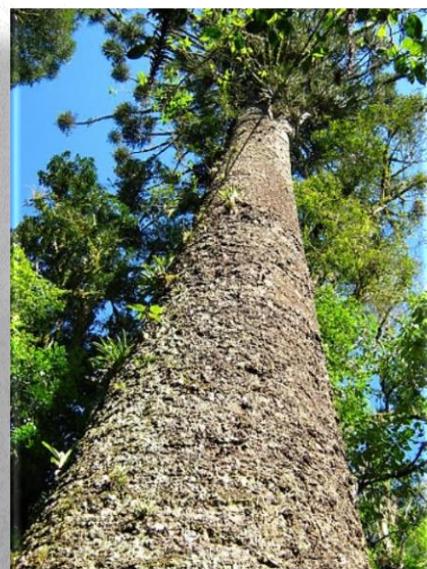
Cachoeira da localidade do
São João do Mirador



Igreja Ucraniãna da
localidade do Craveio



Ponte Coberta da
localidade do Salto



Pinheiro do Mico, com 380 cm de diâmetro, Parque Mata Nativa



Morro do Taió na localidade do Taió Sertão

7 –PROPOSTA DE REURBANIZAÇÃO

Cidade e a oferta da boa qualidade de vida

Sabemos que a saída das pessoas do campo para a cidade foi influenciada pela aglomeração industrial e comercial nos espaços urbanos, pois, a população buscava por oportunidade de empregos e melhores prestações de serviços. Essa atitude resultou no grande acúmulo populacional por metro quadrado no perímetro urbano.

Para que as pessoas consigam viver relativamente bem, as mínimas ofertas de serviços públicos devem ser oferecidos, como água tratada, segurança, iluminação pública, coleta de lixo, saúde, coleta de esgoto, entre tantos outros que compõem demanda da “qualidade de vida”.

A Qualidade de Vida é medida pela Organização Mundial da Saúde, através de um questionário utilizado para verificar essa qualidade de vida. Nesse questionário encontra-se questões que abordam seis domínios humanos: o físico, o psicológico, o do nível de independência, o das relações sociais, o do meio ambiente e o dos aspectos religiosos. (MASSOLA, blog pessoal)

De acordo com Ricardo Massola, Mestre em Qualidade de Vida, Saúde Coletiva e Atividade Física – UNICAMP, os conjuntos que formam uma cidade, são responsáveis por proporcionar três desses setores, o de independência, o de relação sociais e o de ambiente, caracterizados da seguinte maneira:

Independência: Mobilidade;

Atividade cotidiana;

Trabalho;

Disponibilidade de serviços de saúde.

Relações Sociais: Suporte social;

Relações pessoais.

Ambiente: Ambiente físico;

Ambiente no lar;

Recreação e lazer;

Recursos financeiros;

Segurança física e proteção;

Transporte;

Cuidados de saúde;

Novas informações e habilidades.

Com base nesses aspectos, formulamos a Proposta de Reurbanização da sede do município de Santa Terezinha com foco na qualidade de vida, essas mudanças em pontos estratégicos visam melhorar as condições de vida da população, auxiliando no desenvolvimento sustentável e na valorização das características locais.

As propostas serão abordadas como um plano de ideias de forma esquemática, de fácil compreensão, demonstrando as possíveis intervenções urbanísticas na cidade, para atingir tamanho objetivo, examinando conceitos e referências estudadas até o momento.

**7.1 – EQUIPAMENTOS URBANOS
LAZER E CULTURA**

Exemplo de Ponto de Caronas



Pontos para implantação



Imagem referente ao P2



Imagem referente ao P1

Exemplo de Parklet



Imagem referente ao P4



Imagem referente ao P5



Rodoviária para transformação em Casa da Cultura

7.1 – EQUIPAMENTOS URBANOS
LAZER E CULTURA

Quadra da Igreja Matriz



Foto: Google Imagens



Imagens da Igreja Matriz

Quadra do campo de futebol



Foto: Google Imagens



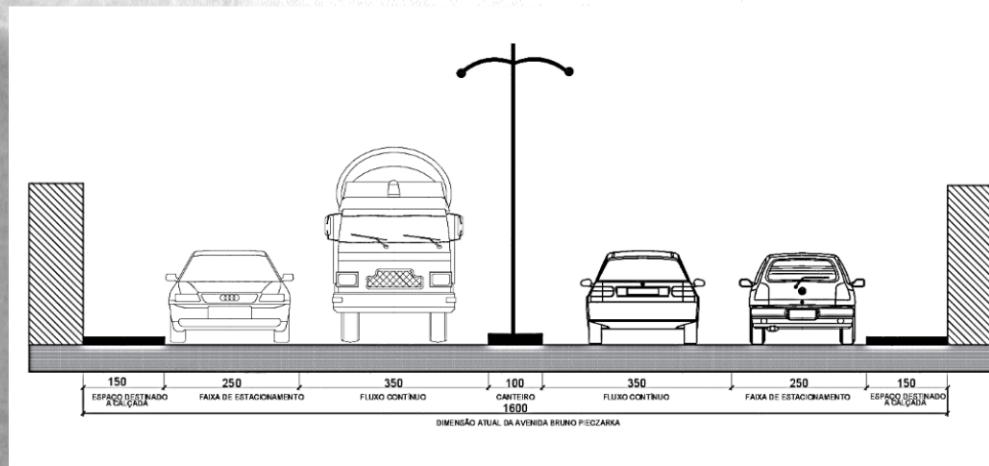
Exemplos de Propostas para o campo



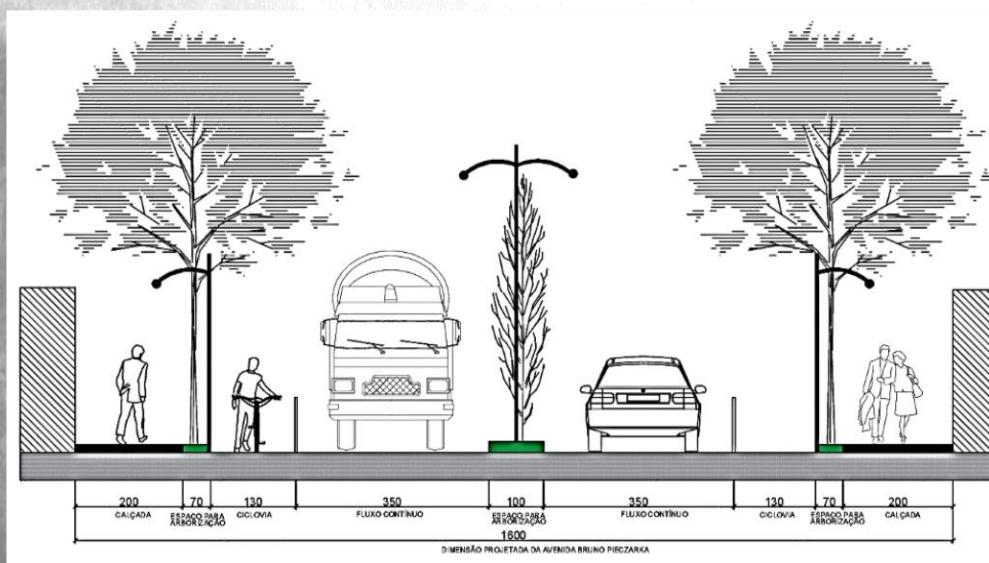
Foto: Google Imagens

7.2 – MOBILIDADE URBANA

A proposta de mobilidade visa alteração das vias, com intuito de obter mais espaços para implantação das ciclovias e a ampliação das calçadas, assim também, aprimorar as sinalizações de trânsitos, inserir faixas elevadas nos pontos de maior fluxo para travessia de pedestres, como no caso da escola. Todas as alterações buscam por soluções viáveis de baixo custo de execução.

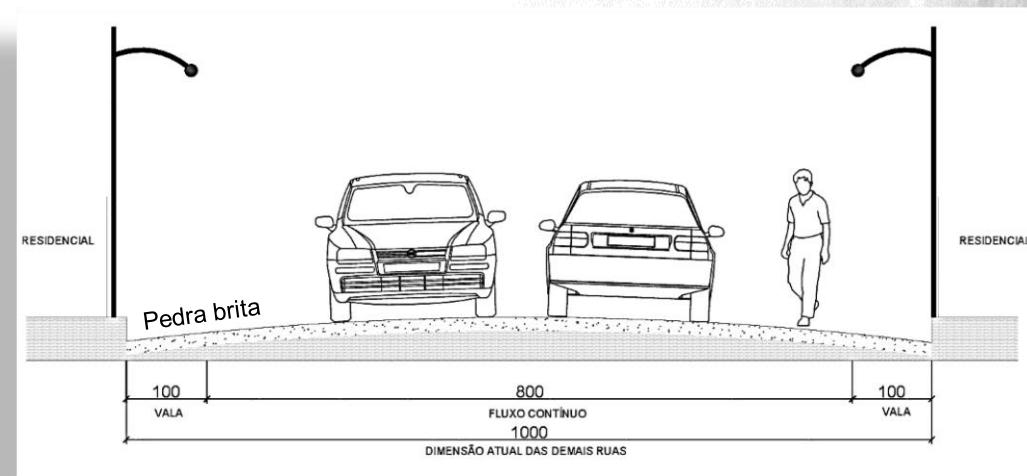


Antes da Avenida Bruno Piczarka

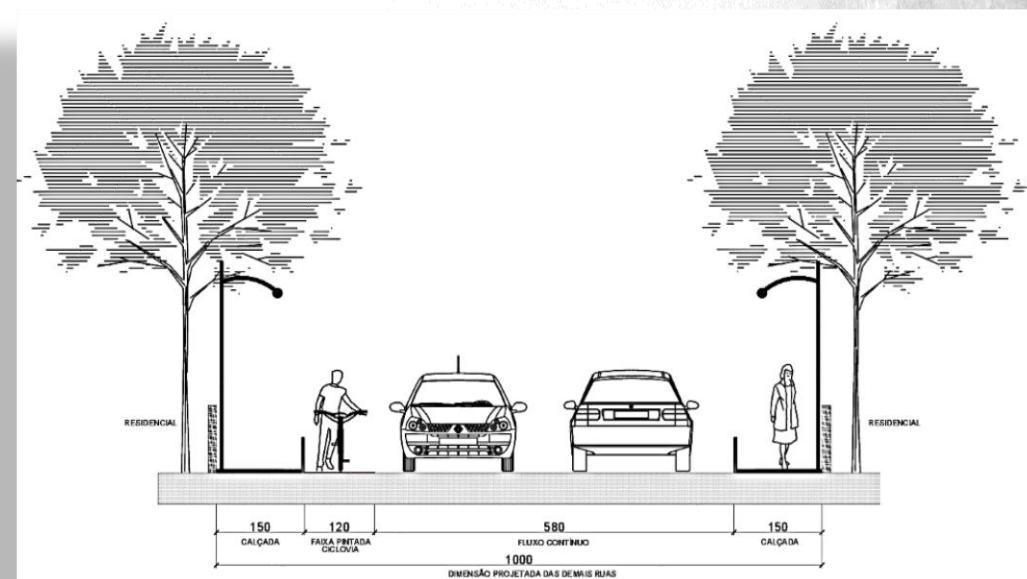


Depois da Avenida Bruno Piczarka

A maioria das ruas possuem revestimento primário e dimensões menores que a via principal. Seu estado de conservação de modo geral, é um descaso com os moradores, pois, nas laterais das mesmas, sempre se encontra valas, em toda sua extensão, nas piores situações ultrapassam 1 metro de profundidade, estas valetas tem como função coletar a água da chuva.



Antes: o caso mais estreito de rua encontrada.



Depois: o caso mais estreito de rua encontrada.

7.2 – MOBILIDADE URBANA

Em toda a extensão da Avenida Bruno Pieczarka será removido a faixa de estacionamento na lateral da via, pois, mais de 90% dos estabelecimentos comerciais presentes de frente para a avenida, possuem estacionamento próprio, as faixas de estacionamentos serão intercaladas nas demais ruas onde o fluxo de circulação é menor.

A proposta também sugere a pavimentação das ruas, juntamente com a instalação das tubulações para captação da água da chuva, coleta do esgoto, distribuição de água e pontos de iluminação pública onde não tem.



Foto: Google Imagens



Foto: Google Imagens



Foto: Google Imagens

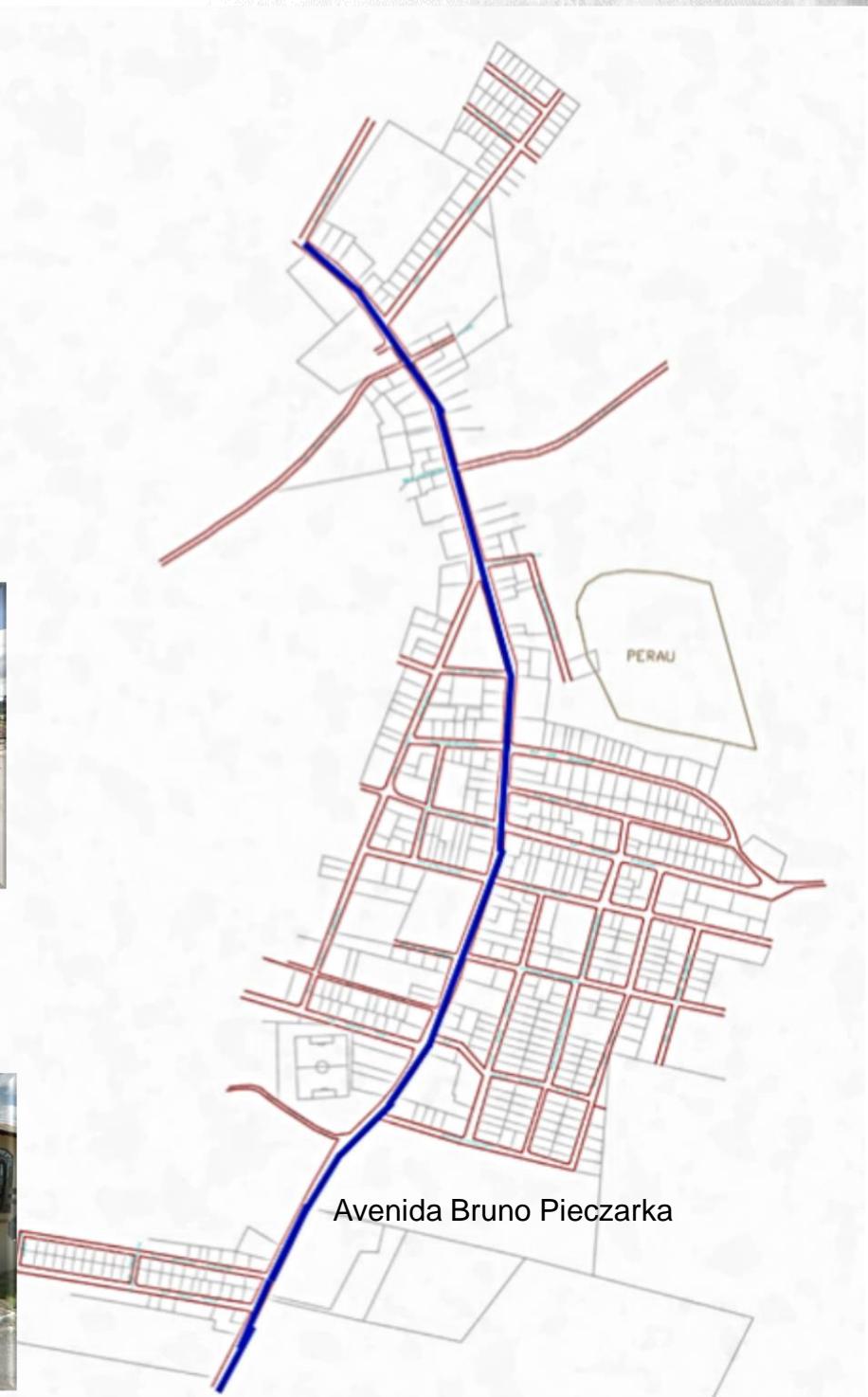


Foto: Google Imagens



Foto: Google Imagens

Pontos comerciais ao longo da avenida principal.

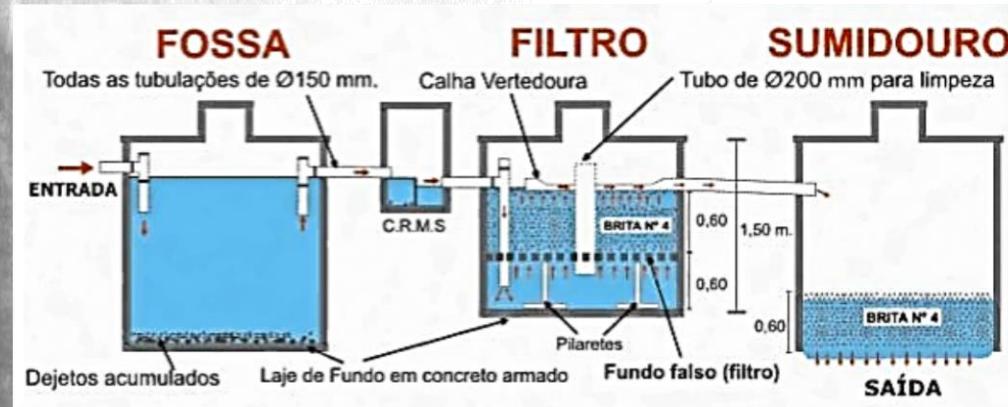


7.3 -SANEAMENTO BÁSICO

Existe vários procedimentos que estão interligados as questões de saneamento básico, entre eles se encontram a limpeza pública das ruas, a coleta e reciclagem dos lixos orgânicos e inorgânicos, a drenagem das aguas pluviais, a canalização e tratamento do esgoto, e o tratamento e distribuição de água potável. Com disposição de todos esses serviços para a sociedade, é possível garantir melhores condições de saúde para seus habitantes.

Sabemos da importância do serviço de tratamento e coleta do esgoto para a população, comércio e industrias, principalmente para a saúde de toda a comunidade, inclusive para o meio ambiente, propomos então, a instalação de uma ETE, podendo ser construída através de parcerias públicas e privadas, para realizar a captação das residências urbanas.

Nos pontos onde a rede pública de coleta do esgoto não passa, como nos casos das famílias que residem nas localidades distantes, deveram receber auxilio dos órgãos municipais para implantar um sistema individual de tratamento, seguindo o modelo de fossa, filtro e sumidouro.



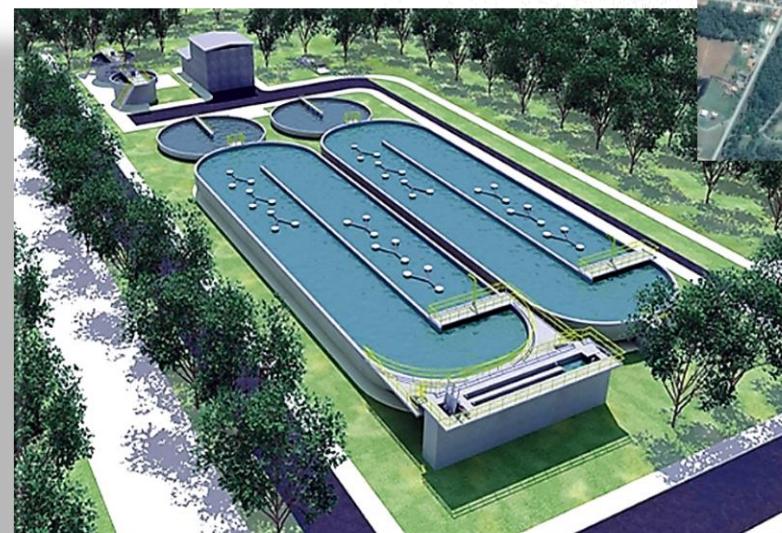
Apontamos um terreno para a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto, a escolha deste se deu através das análises nos níveis territoriais da sede, estando no ponto mais baixo e próximo ao peral. Toda via, que esta indicação do terreno não fez uso de todas as questões ambientais e de periculosidade que esta construção se enquadra, é apenas uma hipótese para ser discutida.



Terreno



Mapa



Modelo de ETE. Manaus/AM

7.4 - MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Com a intenção de promover os produtos locais, assim como também os produtores de todo o município, o Mercado Público Municipal terá o comércio de frutas, verduras, hortaliças, artesanatos, mel, derivados do leite como queijo e queijinho, comidas típicas da cultura alemã, italiana, ucraniana e polonesa, como periguito, pirogue, broa e outros, buscando resgatar e manter a história da culinária local.



Foto: Google Imagens



No terreno contém um barracão e uma casa, que seriam demolidos para a construção do mercado.

Algumas referências projetuais para o Mercado Público Municipal.

Projeto de Menção Honrosa
Mérida/México



Mercado Municipal de Curitiba

Mercado da Boca
Nova Lima/MG



NÓZ Café e Pães-Limeira/SP

7.5 – PARQUE MATA NATIVA

O objetivo da revitalização do Parque Mata Nativa é transformá-lo no principal ponto de contemplação e encontro de amigos e famílias em Santa Terezinha, propondo novas atividades de lazer e esporte para a comunidade, também criar definições de setores para comportar o público que a Festa Regional do Mel atrai, respeitando suas áreas de preservação ambiental.

Estruturar o parque para oferecer melhor qualidade de vida para seus usuários, dedicando espaços para caminhada, corrida, pedalar, piqueniques, jogos, brincadeiras, leitura e demais atividades.

Entre as melhorias previstas estão:

- Criar um portal de entrada ao parque.
- Equipamentos para descanso e lazer.
- Quadra de....
- Playground.
- Aparelhos de ginástica ao ar livre.
- Espaço para apoio ao CTG.
- Espaço para apoio ao Motocross.
- Zonas disponíveis para camping.
- Zonas exclusivas para comerciantes durante a festa.
- Uma borda de passeio em volta da lagoa.
- Plantar novas árvores por toda área.
- Lixeiras e floreiras.
- Preservar a área próximo à nascente de água.
- Pavimentação das ruas internas.
- Distribuir pontos de iluminação pública.
- Reformar e construir novos banheiros.
- Reformar o barracão que serve como restaurante em dias de festa.

Como referencia projetual utilizamos o Parque Ramiro Ruediger, situado em Blumenau – SC, contando com 45 mil metros quadrados de área, o parque é a maior área de lazer da cidade, sendo contemplado com um lago de 3.500 metros quadrados e vários espaços para praticar esporte e lazer.



Foto: Francisco Fresard



Foto: Augusto Virgili Willecke/Wartung Drones

7.5 – PARQUE MATA NATIVA

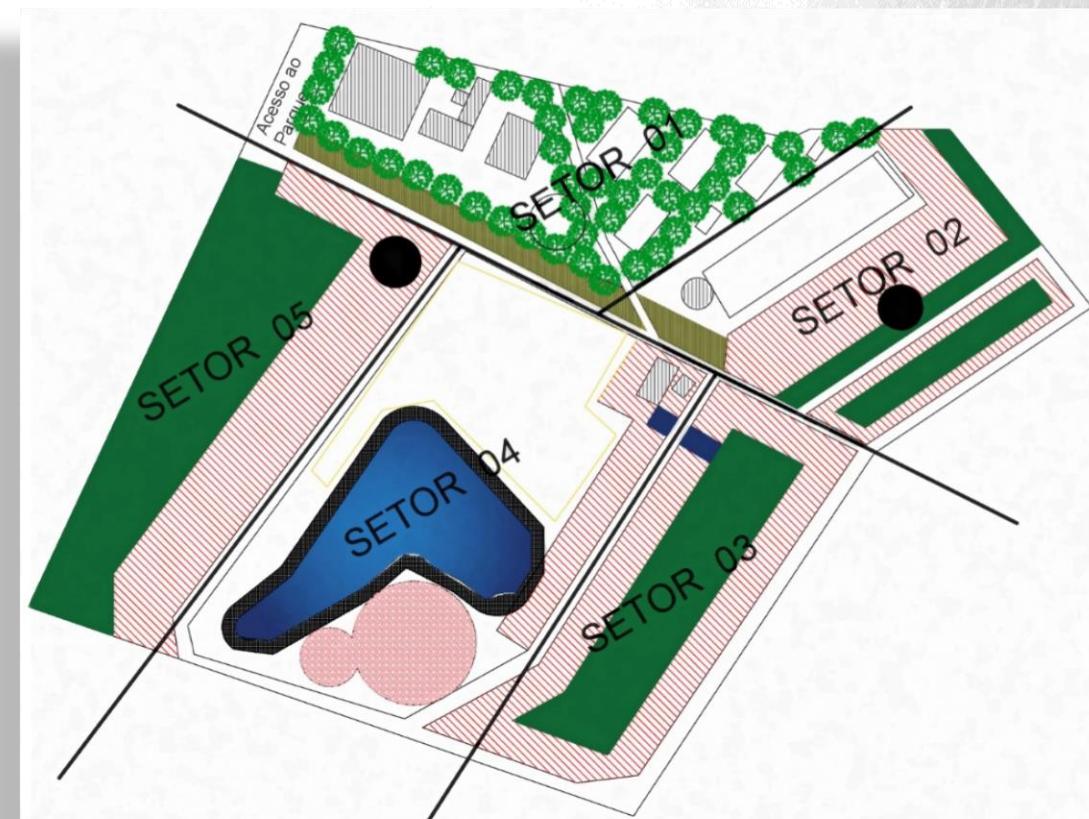
O Parque Mata Nativa:



Foto: Gazeta Itaiópolis – Festa do Mel.

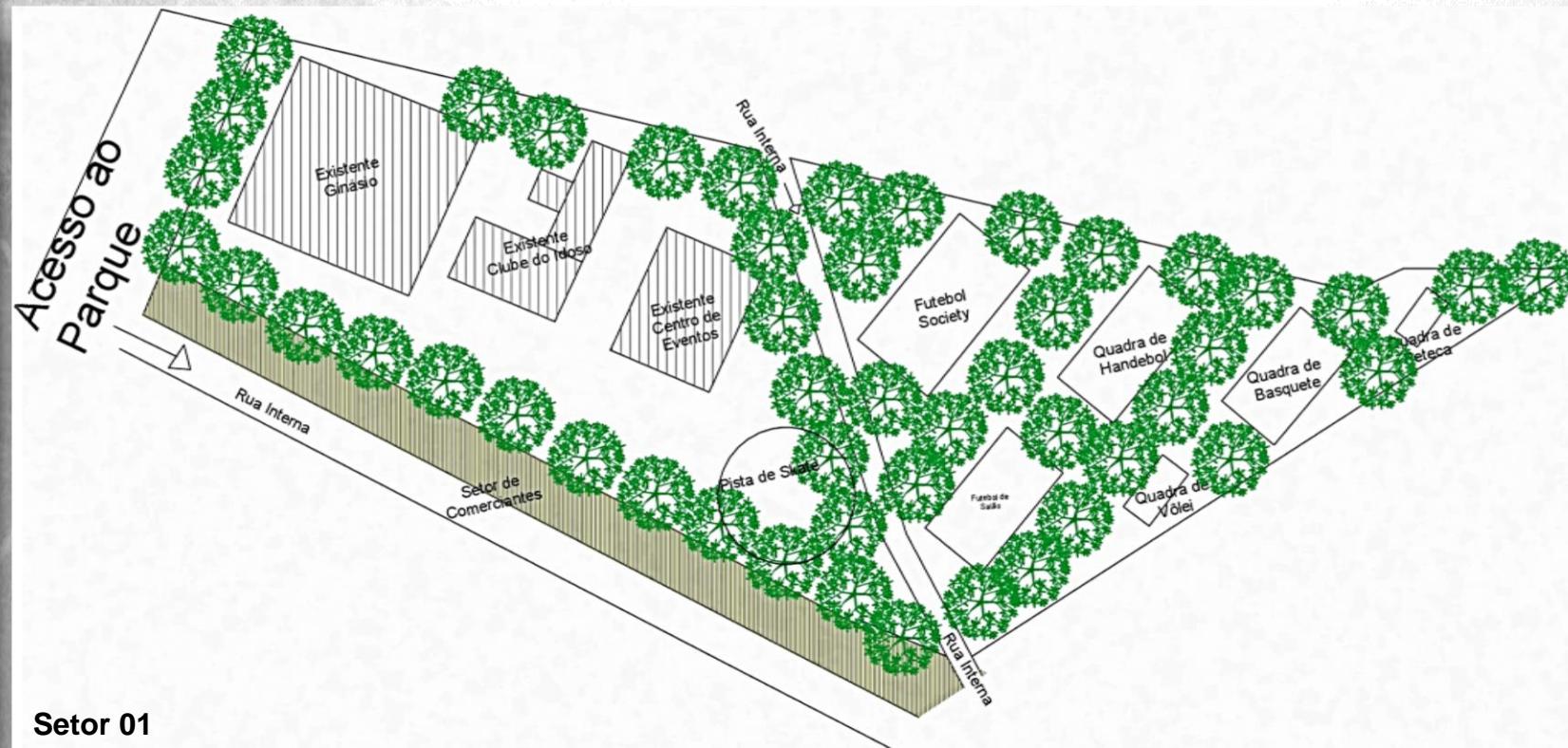


Implantação da proposta.



Setorização da proposta.

7.5 – PARQUE MATA NATIVA



Setor 01

Setor 01:

- Área dos Comerciantes da festa.
- Pista de Skate:
- Quadras:
 - Vôlei
 - Peteca
 - Basquete
 - Handebol
 - Futebol Society
 - Futebol de Salão.



Imagem pessoal: blocos existentes.

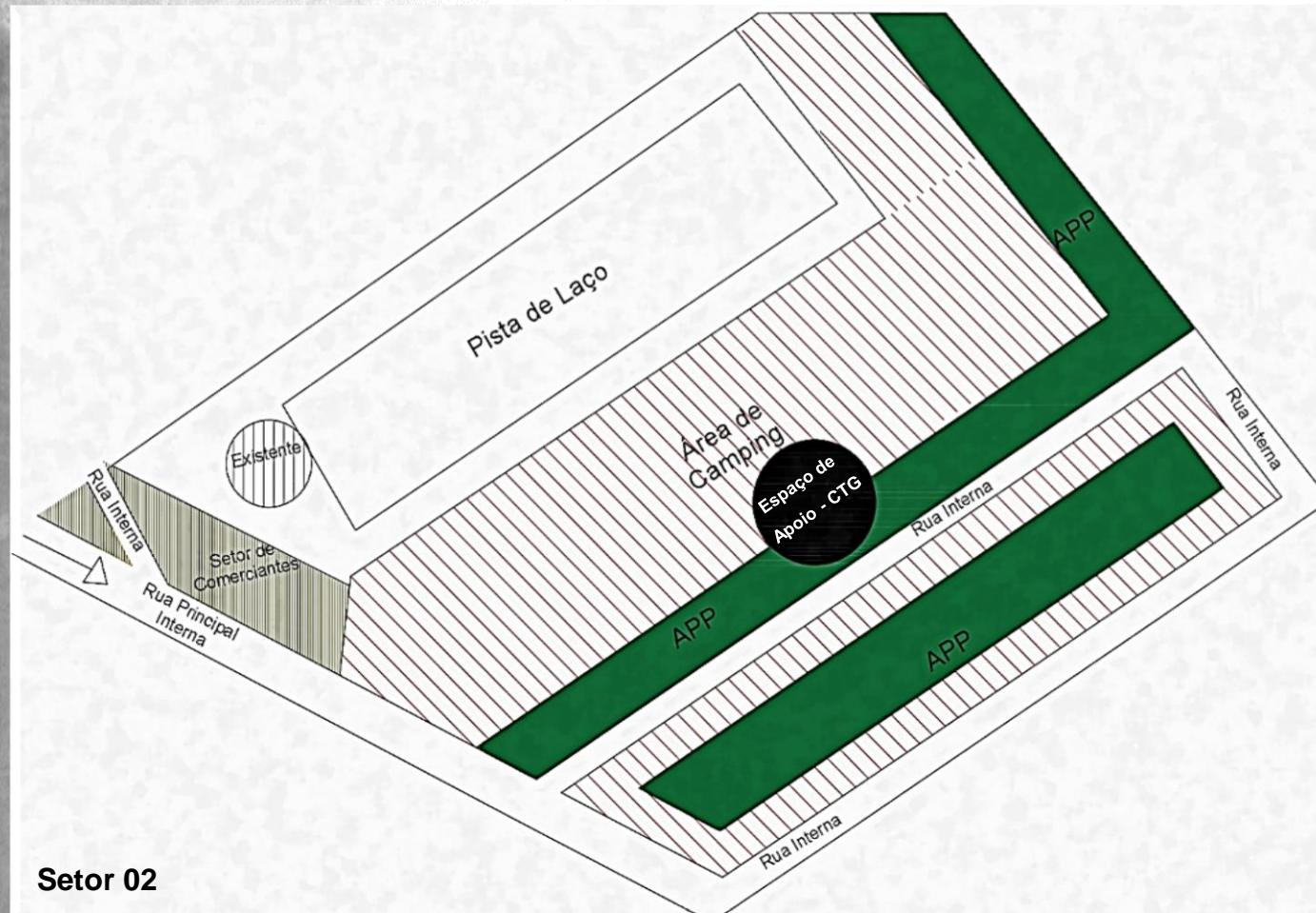


Imagem pessoal: terreno para as quadras.



Imagem pessoal: setor de comerciantes junto a rua principal.

7.5 – PARQUE MATA NATIVA



Setor 02

Setor 02:

- Área dos Comerciantes da festa.
- Pista de Laço
- Área de Camping
- APP – Área de Preservação Permanente
- Espaço de Apoio para o CTG

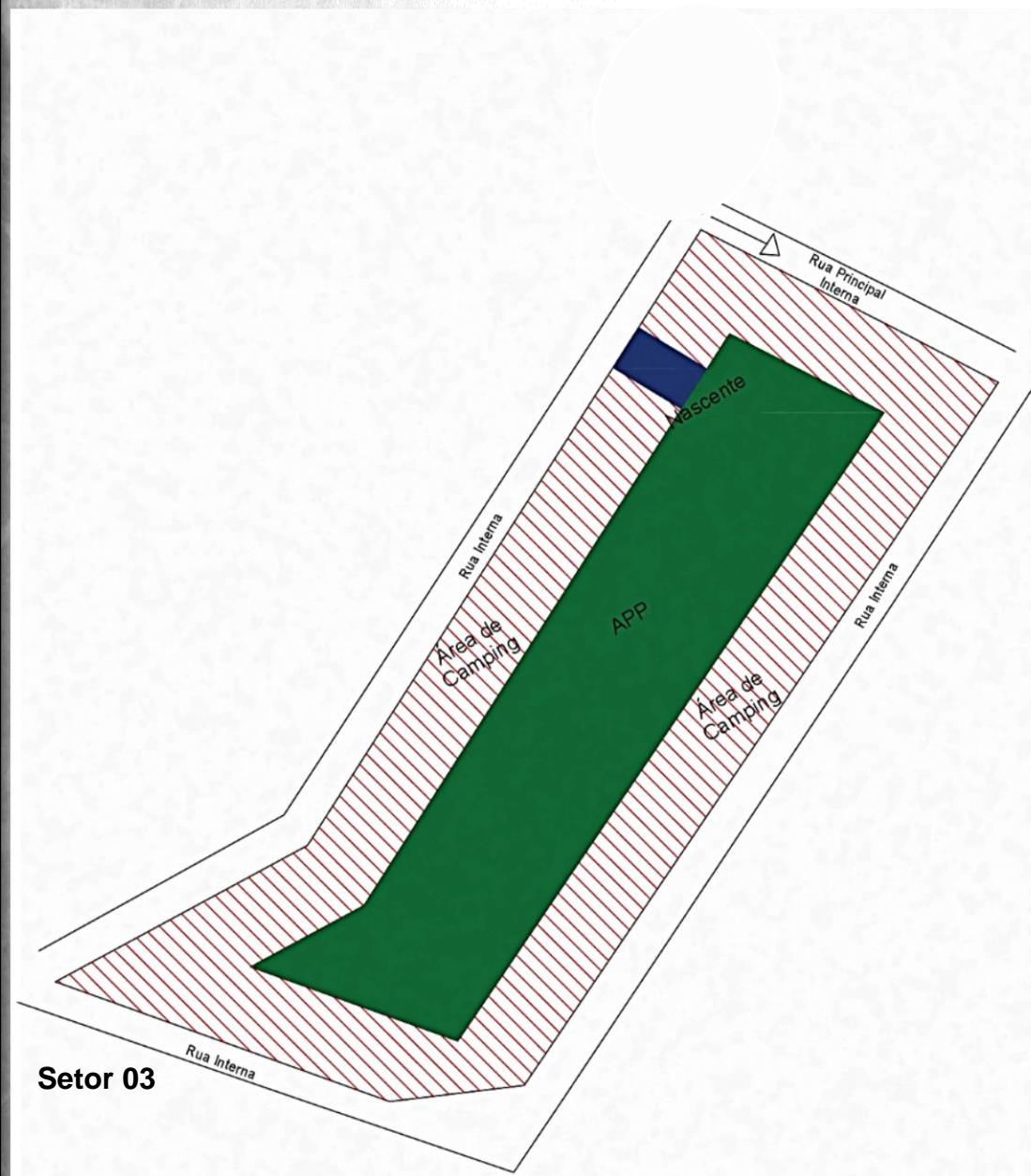


Imagem pessoal: pista de laço.



Imagem pessoal: espaço para camping.

7.5 – PARQUE MATA NATIVA



Setor 03:

- Área de Camping
- APP – Área de Preservação Permanente
- Nascente



Imagem pessoal: espaço para camping.



Imagem pessoal: espaço para camping.



Imagem pessoal: espaço para camping.

7.5 – PARQUE MATA NATIVA



Setor 04

Setor 04:

- Pista de Motocross
- Restaurante
- Banheiros
- Área de Camping
- Playground
- Equipamentos de Ginástica



Imagem pessoal: banheiros e o barracão existentes.



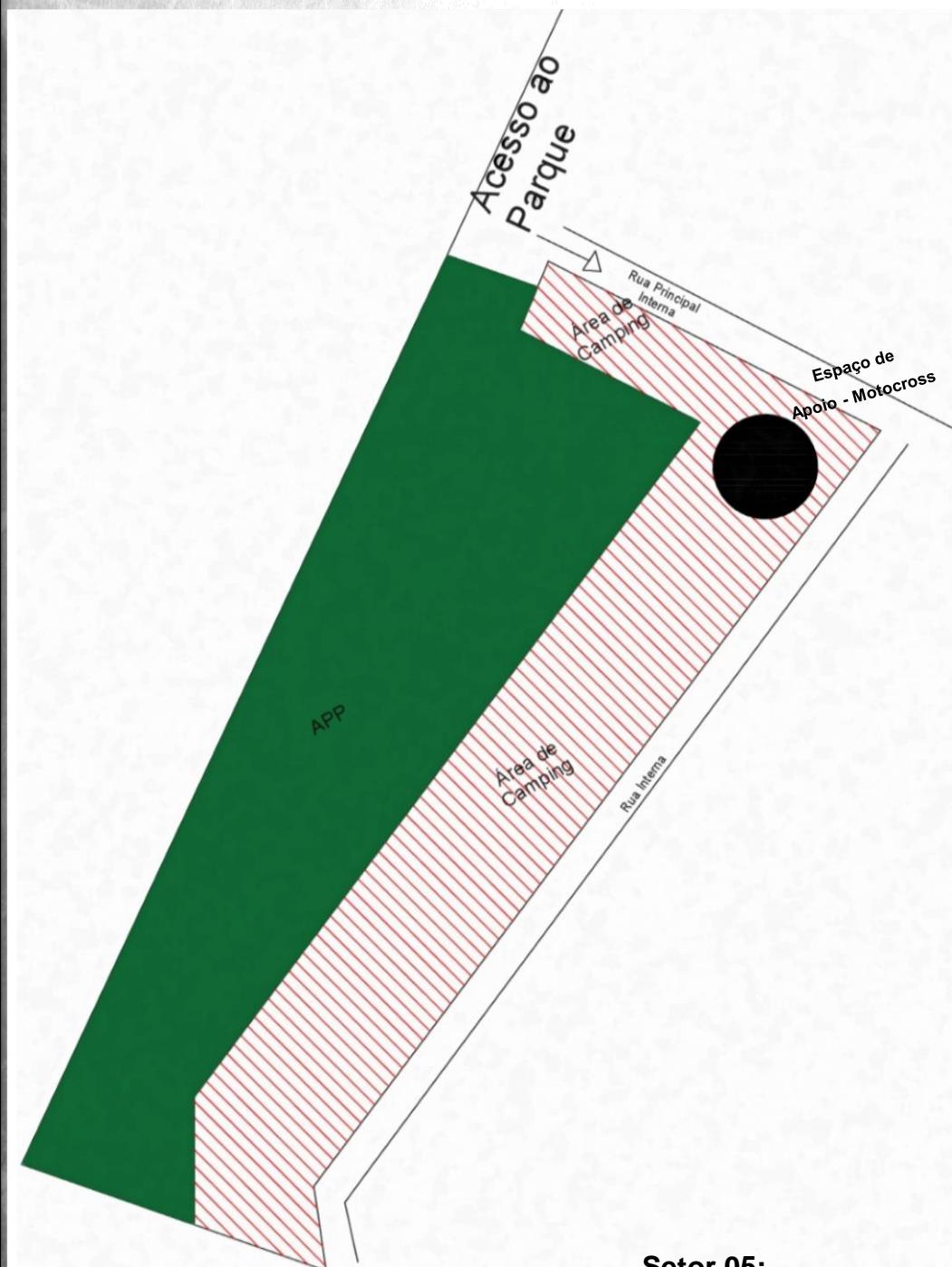
Imagem pessoal: pista de motocross.



Imagens pessoal: vistas da lagoa.



7.5 – PARQUE MATA NATIVA



Setor 05:

- Área de Camping
- **APP – Área de Preservação Permanente**



Imagem pessoal: rua de acesso ao parque.



Imagem pessoal: área de camping ao lado da entrada do parque.



Imagem pessoal: área de camping.

7.5 – PARQUE MATA NATIVA

Ao decorrer do parque inserir equipamentos que tanto possam ser utilizados em dias de festa, como posteriormente pelos moradores.

Imagens do Pinterest usadas como referência projetual.



7.5 – PARQUE MATA NATIVA

Imagens do Pinterest usadas como referência projetual.



8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho teve-se a intenção de pensar em novas estratégias de planejamento urbano para o município de Santa Terezinha. Fazendo análises da história da urbanização, que se iniciou nos primórdios da vida humana em tribos e vilas, se intensificando com a revolução industrial, a qual influenciou e ainda interfere nas transformações urbanas nos tempos atuais. Contrapondo com vários modelos de cidades, em seus diferentes tamanhos e aspectos de desenvolvimento.

Observando como foi a sua história e como os mesmos relacionaram-se com a urbanização. Assim como também conseguem administrar suas ações urbanísticas de modo a contribuir para o desenvolvimento humano.

Os estudos destas análises serviram para embasar e adquirir conhecimentos para realizar a nova proposta de reurbanização, abrindo os olhos dos governantes para um desenvolvimento econômico e territorial, pautado na valorização das atividades humanas de seus habitantes, indicando soluções e promovendo inovações no modo de desenhar cidade. E também da população, para que a mesma exerça seu dever de participação na construção do espaço que convivem dia a dia, apontando as suas dificuldades, as quais poderiam ser dissolvidas com um planejamento urbano colocado em prática.

Além de apontar suas potencialidades econômicas, turísticas e sociais que não estão recebendo a devida atenção dos órgãos administradores.

Diante das dificuldades encontradas na falta de dados documentais do município, não foi possível desenvolver um trabalho mais elaborado e detalhado. Ressaltando a continuidade do mesmo, onde entrará no detalhamento executivo dos projetos, pois, os apresentados são estudos preliminares da proposta.

Necessita ser destacado, o quão enriquecedor é o estudo deste tema, e a compreensão do quanto usamos e necessitamos da organização espacial da cidade para desfrutar de dias mais felizes.

9 - REFERÊNCIAS

BUTZKE, Luciana. POLEZA, Maristela Macedo. Entre o desejável e o possível: a proposta do Plano Diretor Regional Participativo e a Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí. In: SCHULT, Sandra I. Momm. SIEBERT, Cláudia A. F. SOUZA, Luiz Alberto (org.). **Experiências em planejamento e gestão urbana: planos diretores participativos e regularização fundiária**. Blumenau: Edifurb, 2010

BRASIL. **Lei nº 10.257, de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: DATA jun. 2018

CARNEIRO, Wesley Pinto. FAÇANHA, Antonio Cardoso. O planejamento e a gestão urbana em cidades pequenas: o caso da cidade de Barras (PI). In: **XI – Encontro Nacional da ANPEGE**. Anais do XI – ENANPEGE. 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/3/113.pdf>. Acesso em: DATA jun. 2018

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A Revolução Industrial: tradição e ruptura: adaptação da economia e da sociedade: rumo a um mundo industrializado**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1986.

CLIMATE-DATA.ORG, Clima de Santa Terezinha. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/location/313362/> Acesso DATA: jul de 2018.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM FOCO, Saneamento Básico, jan 2016. Disponível em: <http://cienciatecnologiafoco.blogspot.com/2016/01/saneamento-basico.html> Acesso DATA: jul. de 2018.

DUARTE, Fabio. **Arquitetura e tecnologias de informação: da revolução industrial a revolução digital**. São Paulo: UNICAMP, 1999.

FILHO, Candido Malta Campos. **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos brasileiros devem fazer para a humanização das cidades**. São Paulo: Nobel, 1989.

FLINN, M.W. Origins of the Industrial Revolution. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A Grande Revolução Inglesa**. São Paulo: Hucitec, p. 42. 1996.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. Tradução: MARCO, Anita Di. 1ed. São Paulo: Perspectiva, 2013

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: DATA jun. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>. Acesso em: DATA jun. 2018.

IPLAN: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa. **Lei de Criação do IPLAN**. Ponta Grossa. 2016. Disponível em: <http://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/iplan/legislacao-iplan/>. Acesso em: DATA jun. 2018

JACOBI, Pedro Roberto. São Paulo metrópole insustentável – como superar esta realidade?. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v.15, n.29, p. 219-239, jan-jun, 2013 Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/15823/11847>. Acesso em: DATA jun. 2018

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.14, n.4, out./dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392000000400004&script=sci_arttext. Acesso em: DATA jun. 2018

MASSOLA, Ricardo. **O que é qualidade de vida? Podemos medi-la**. Disponível em: <http://www.ricardomassola.com.br/o-que-e-qualidade-de-vida-podemos-medi-la>. Acesso em: DATA jul. 2018.

MUNICIPIO DE PONTA GROSSA. História da Cidade. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/acidade#historia>. Acesso em: DATA jun. 2018

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA. **Histórico**. 2014. Disponível em:<<http://www.riofortuna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/22509>>. Acesso em: DATA jul. 2018

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA. **Planejamento urbano é tema de Audiência Pública**. 2017. Disponível em:<<http://www.riofortuna.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/16188/codNoticia/445327>>. Acesso em: DATA jul. 2018

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Introdução. Disponível em:<http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/introducao.php>. Acesso em: DATA jun. 2018

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA. **Avançar Cidades aprova R\$ 3 milhões para Rio Fortuna**. Rio Fortuna, mai. 2017. Disponível em:<<http://www.riofortuna.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/16188/codNoticia/487819>>. Acesso em: DATA jun. de 2018.

NASCIMENTO, Ederson. MATIAS, Lindon Fonseca. **Expansão Urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR)**. Departamento de Geografia – UFPR. Curitiba. p.65-97. 2001. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/24833/16634>>. Acesso em: DATA jun. 2018

PORTAL DO MARCOS SANTOS, **Estação de esgoto no bairro Jorge Teixeira será entregue em dezembro**, ago. 2014. Disponível em:<<https://www.portalmarcossantos.com.br/2014/08/25/estacao-de-esgoto-bairro-jorge-teixeira-sera-entregue-em-dezembro/>> Acesso DATA: jul de 2018.

RIBEIRO, J. O. de Saboya. **Evolução Urbana**. Rio de Janeiro, 1993

RIBEIRO, Helena. VARGAS, Heliana Comin. Urbanização, globalização e saúde. **Revista USP**. São Paulo, n.107, p. 13-26, out-nov-dez, 2015. Disponível em:<<http://redehumanizaus.net/wp-content/uploads/2017/09/Artigo-urbaniza%C3%A7%C3%A3o-globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-sa%C3%BAde-1.pdf>>. Acesso em: DATA jun. 2018.

RICKEN, Tatiane Dirksen. RICKEN, Inácio (org.). **Rio Fortuna: resgatando as origens, cultivando valores, alicerçando o futuro**. Rio Fortuna:Coan. 2008

SANTA CATARINA. **Rio Fortuna**. Disponível em:<<http://www.sc.gov.br/index.php/conhecasc/municipios-de-sc/rio-fortuna>>. Acesso em: DATA jun. de 2018.

SANTIN, Janaina Rigo. MARANGON, Elizete Goncalves. O Estatuto da Cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir. **História**. São Paulo, 2008 Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a06v27n2.pdf>>. Acesso em: DATA jun. 2018

SANTOS, Fábio Alexandre dos. Urbanização e salubridade na cidade de São Paulo, 1911-1930. In: **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1239.pdf>>. Acesso em: DATA jun. 2018

SILVA, Jussara Maria da. ARAÚJO, Maria Luiza Malucelli. Estatuto da Cidade e o Planejamento Urbano-regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.105, p.57-74, jul-dez, 2003. Disponível em:<<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/175/151>>. Acesso em: DATA mai. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

STAMM, Cristiano. et al. A população e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. **Interações**. Campo Grande, v.14, p. 251-265, jul-dez. 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/inter/v14n2/a11v14n2.pdf>>. Acesso em: DATA jun. 2018

SOUTINHO, Ana Margarida Martins de Sousa. **Humanização do Espaço Público Urbano**. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10400.14/17482>>. Acesso em: DATA mai. 2018

WIKIPÉDIA. Cidade Grandes. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_m%C3%A9dia-grande>. Acesso em: DATA jun.2018

WIKIPÉDIA. Cidades Pequenas. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_pequena>. Acesso em DATA jun. 2018